



1º REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA NAZARÉ



MODELO ESTRATÉGICO

MAIO DE 2018

Ficha Técnica do Documento

Título:	Modelo Estratégico
Descrição:	Documento que apresenta o modelo estratégico e os objetivos para a revisão do PDM da Nazaré.
Data de produção:	30 de janeiro de 2017
Data da última atualização:	10 de maio de 2018
Versão:	10
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda. e Município da Nazaré
Coordenador de Projeto:	Dr.º Ricardo Almendra
Equipa técnica:	Elisa Bairrinho Arquiteta Paisagista Joana Pereira Geografia – Ordenamento do Território
Consultores:	Eng.º Manuel Miranda
Código de documento:	081
Estado do documento	Versão Final
Código do Projeto:	011101101
Nome do ficheiro digital:	RPDM_Nazare_Modelo_Estrategico_v10

ÍNDICE GERAL

1	INTRODUÇÃO	7
2	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE HIERARQUIA SUPERIOR	9
2.1	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	9
2.2	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo	10
2.3	Programa da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel	22
2.4	Plano Rodoviário Nacional	27
2.5	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste	28
2.6	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)	33
2.7	Turismo 2020	34
2.7.1	Turismo 2020 – Cinco princípios para uma ambição	35
2.7.2	Turismo 2020 – Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal	35
2.7.3	Estratégia Turismo 2027	37
3	ORIENTAÇÕES E DIRETIVAS ESPECÍFICAS DE ÂMBITO MUNICIPAL	40
3.1	Planos e Estudos	40
3.1.1	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	40
3.1.2	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável	46
3.1.3	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil	51
3.1.4	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	53
3.1.5	Projeto de Recuperação Ambiental e Mobilidade Suave ao longo do Rio Alcoa	54
3.2	Compromissos e Intenções do Município	56
4	EIXOS BALIZADORES DA REVISÃO DO PDM	58
5	BIBLIOGRAFIA	65

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Esquema global do Modelo Territorial para o Oeste e Vale do Tejo	14
Figura 2: Sistema Urbano	15
Figura 3: Turismo, Cultura e Lazer	16
Figura 4: Rede Primária e Secundária	18
Figura 5: Rede Complementar	19
Figura 6: Riscos	20
Figura 7: Unidades Territoriais	21
Figura 8: Eixos de atuação da Estratégia Turismo 2027	39

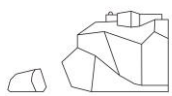
ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Sub-regiões homogéneas definidas pelo PROF Oeste para o concelho da Nazaré	29
Mapa 2: Corredor ecológico definido pelo PROF Oeste que abrange o concelho da Nazaré	31
Mapa 3: Modelo Estratégico da revisão do PDM da Nazaré	64

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Objetivos e linhas estratégicas setoriais do POC ACE	23
Quadro 2: Objetivos e linhas estratégicas transversais do POC ACE	24
Quadro 3: Proposta de classificação e denominação das praias marítimas do concelho da Nazaré	26
Quadro 4: Principais funções das sub-regiões do PROF do Oeste que incidem sobre o concelho da Nazaré	28
Quadro 5: Principais funções e objetivos específicos das sub-regiões homogéneas que abrangem o concelho da Nazaré	29
Quadro 6: Principais funções e objetivos das sub-regiões homogéneas que abrangem o concelho da Nazaré (PROF Lisboa e Vale do Tejo)	32
Quadro 7: Áreas temáticas e objetivos estratégicos do PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)	33
Quadro 8: Objetivos ambientais para as massas de água abrangidas pelo PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)	34
Quadro 9: Objetivos estratégicos e prioridades de investimento do Turismo 2020 – Plano de ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal	36

Quadro 10: Análise SWOT do PEDU do concelho da Nazaré	40
Quadro 11: Riscos naturais, tecnológicos e mistos identificados na revisão do PMEPC da Nazaré	53



ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

IGT	Instrumento de Gestão Territorial
PAICD	Plano de Ação Integrado para a Comunidade Desfavorecidas
PDM	Plano Diretor Municipal
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
PMUS	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POC	Programa da Orla Costeira
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
SWOT	Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

1 INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento de gestão territorial que define a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os concelhos vizinhos, integrando e articulando as orientações definidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal (n.º 1 do artigo 95.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial).

Neste sentido, o presente documento constitui o Modelo Estratégico da revisão do PDM da Nazaré onde se apresentam os objetivos, se estabelece o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do concelho da Nazaré e se define o modelo espacial de organização do território.

A estratégia de desenvolvimento territorial a preconizar deve traduzir a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo, que por sua vez deverá estar devidamente articulada com as demais políticas de âmbito local e nacional, exigência inelutável das interdependências que se estabelecem e desenvolvem entre territórios distintos. Tais interdependências, aliás parte integrante do processo de globalização civilizacional que caracteriza a atual época, têm vindo a tornar-se cada vez mais intensas e mais abrangentes, e manifestam-se em maior ou menor grau a todas as escalas espaciais.

Consequentemente, as estratégias de intervenção nos territórios e nas comunidades que os ocupam, para se tornarem eficazes, devem assumir perspectivas e escalas espaciais cada vez mais amplas. Contudo, tal não significa necessariamente que deixe de haver autonomia para o desenvolvimento de opções estratégicas de âmbito municipal e local, mas sim que a relevância das atuações/intervenções fica bastante dependente da integração ou, pelo menos, da consonância das mesmas com estratégias e objetivos de intervenção adotadas para escalas espaciais mais abrangentes.

Tendo em consideração este contexto, foi delineado o modelo estratégico de desenvolvimento territorial do concelho da Nazaré, para o prazo de vigência da revisão do PDM da Nazaré. Assim, o presente documento encontra-se estruturado em três partes, que se passam a discriminar:

Na primeira parte (capítulo 2), é apresentado um enquadramento nacional e regional do concelho da Nazaré relativamente aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e Programas Estratégicos de maior referência, com os quais a atual revisão do PDM da Nazaré se deve compatibilizar.

Além dos programas e estratégias de âmbito nacional e regional em vigor a ter em consideração, o PDM deverá considerar os planos e estratégias de âmbito municipal em vigor ou em curso. Neste âmbito, na segunda parte (capítulo 3), é realizado um enquadramento da revisão do PDM da Nazaré com os seguintes planos: Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Nazaré (PEDU); Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS); Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) da Nazaré; e com o

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). O capítulo culmina com a apresentação dos compromissos assumidos pelo Município da Nazaré, a concretizar a curto/médio prazo. O relatório encerra, terceira e última parte, com a apresentação dos objetivos para a revisão do PDM da Nazaré e com a exposição da visão estratégica para o concelho da Nazaré, para o período de vigência do plano, no capítulo 4.

2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE HIERARQUIA SUPERIOR

2.1 PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No quadro em vigor do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o “*Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*” (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 58/2007 de 4 de setembro e retificado pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro, é um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica que “*estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização da União Europeia*” (artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 80/2014, de 14 de maio).

O PNPOT delimita um conjunto de objetivos estratégicos, objetivos específicos e medidas que especificam o rumo traçado para Portugal no horizonte 2025. Assim, o rumo que o PNPOT pretende imprimir a Portugal, sistematiza-se em seis objetivos estratégicos:

1. “*Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos;*
2. *Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;*
3. *Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;*
4. *Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;*
5. *Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;*
6. *Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.¹”*

Para cada objetivo estratégico, delimitaram-se diferentes linhas de intervenção polarizadas pelos respetivos objetivos específicos, sendo que cada um destes objetivos se corporiza num conjunto de medidas.

¹ Sumário do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, janeiro 2007, pp. 26

Ao nível das orientações estratégicas para as regiões destaca-se o conjunto de opções para as sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo, que devem ser consideradas na definição do modelo de desenvolvimento para o concelho da Nazaré, nomeadamente (PNPOT, 2007: 109):

- *“Promover um sistema de mobilidade e transportes mais eficaz, eficiente e sustentável ao serviço da estruturação do sistema urbano sub-regional;*
- *Estruturar o sistema urbano sub-regional, articulando e dando coerência a quatro subsistemas: o eixo Torres Vedras - Caldas da Rainha - Alcobaça, o eixo Vila Franca - Carregado/Azambuja - Cartaxo - Santarém, o eixo Almeirim/Santarém - Rio Maior - Caldas da Rainha e o polígono Tomar - Torres Novas - Entroncamento - Abrantes;*
- *Preservar a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas, nomeadamente protegendo os respetivos solos das pressões de urbanização e de valorizações especulativas;*
- *Definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada e criar condições, sobretudo antecipando os instrumentos de ordenamento do território, para a viabilização das iniciativas privadas neste domínio;*
- *Implementar as infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos;*
- *Promover a valorização das paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada uma das sub-regiões, em particular protegendo-a das agressões da urbanização e da edificação dispersa e da deposição incontrolada de detritos e entulhos;*
- *Reforçar a proteção do património natural – água, floresta, espaços naturais protegidos;*
- *Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural”.*

No que ainda diz respeito ao PNPOT importa referir que o Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, decidiu proceder à sua alteração, encontrando-se atualmente em processo de revisão.

2.2 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO OESTE E VALE DO TEJO

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território são instrumentos de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelecem a estrutura regional do sistema urbano, das redes de infraestruturas e dos equipamentos de interesse regional, definem os objetivos e os princípios quanto à localização das atividades e os grandes investimentos públicos, as suas normas fixam o quadro estratégico, as orientações de carácter genérico e as diretrizes para o ordenamento do território regional.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro e pelos Avisos (extrato) n.º 7164/2010, de 9 de abril e n.º 9147/2010, de 7 de maio.

O PROT OVT pretende definir a estratégia, as opções de desenvolvimento e o modelo territorial das sub-regiões do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, território com um forte potencial de charneira territorial entre as regiões do Centro e Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa. Em articulação com esta última, a região do Oeste e Vale do Tejo, possui um elevado potencial de complementaridade em termos produtivos, de internacionalização e turísticos. Tendo em conta este potencial, o PROT OVT considera que os novos desafios para a região passam pelo turismo, energia, inovação, conhecimento e pela cultura.

Assim, o PROT OVT, enquanto instrumento definidor da estratégia e do modelo territorial da região do Oeste e Vale do Tejo, estabelece quatro eixos estratégicos para o desenvolvimento do território da região:

- **Eixo 1 – Competitividade:** ganhar nas apostas da inovação, competitividade e internacionalização;
- **Eixo 2 – Valorização:** potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental;
- **Eixo 3 – Qualidade:** concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana;
- **Eixo 4 – Multifuncionalidade:** descobrir novas ruralidades.

O modelo de organização do território regional definido pelo PROT OVT tem como objetivos:

- ***“Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, articulando e dando coerência aos subsistemas urbanos, no quadro das oportunidades de reconfiguração territorial abertas pelas novas acessibilidades, pelas grandes infraestruturas e equipamentos e pelos processos de desconcentração da Área Metropolitana de Lisboa;***
- ***Organizar o sistema de acessibilidades, de forma a potenciar o dinamismo dos principais centros urbanos, a otimizar o impacto regional das grandes infraestruturas de transportes implantadas nestes territórios e a assegurar a coerência das opções das entidades responsáveis nos domínios rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário;***
- ***Definir uma rede de espaços de localização empresarial de elevada qualidade que reforce o potencial de desenvolvimento e atração de atividades económicas de forte competitividade internacional e a disponibilidade de espaços adequados à instalação de atividades intensivas em conhecimento;***
- ***Identificar a estrutura regional de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou***

corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e da estruturação do território;

- ***Identificar os riscos naturais e tecnológicos*** que possam por em causa a segurança de pessoas e bens e definir normas para a sua prevenção;
- ***Introduzir uma rede de planeamento***, agenciamento e monitorização que apoie a região no desenvolvimento da sua sustentabilidade em relação aos recursos energéticos e às alterações climáticas, contribuindo simultaneamente para reduzir a sua exposição aos riscos associados ao contexto externo dos combustíveis fósseis;
- ***Promover o adequado ordenamento agrícola e florestal do território*** e preservar os solos agrícolas, que são os mais produtivos do país, nomeadamente das pressões de urbanização e de valorizações especulativas;
- ***Articular as opções estratégicas com as estratégias de desenvolvimento das regiões do Centro e do Alentejo***, com particular relevo para a valorização do papel de charneira inter-regional e o potencial para localização de atividades no polígono urbano do Médio Tejo.”

De acordo com as necessidades da região do Oeste e Vale do Tejo, o modelo territorial do PROT identifica, como alavancas do desenvolvimento, três sistemas estruturantes: o sistema urbano e a competitividade, o sistema ambiental e o sistema de mobilidade. É neste contexto que o plano:

- a) ***“Identifica espaços sub-regionais*** relevantes para a operacionalização do plano, em particular considerando o litoral e o rio Tejo como referências territoriais específicas, e definidas orientações e critérios de localização aplicadas às respetivas sensibilidades paisagísticas e aos recursos e valores naturais a salvaguardar e valorizar;
- b) ***Define orientações e propõe medidas para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa*** para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais, promovendo o devido acolhimento das dinâmicas edificatórias no âmbito da programação do sistema urbano e das áreas de localização de atividades;
- c) ***Estabelece orientações para a clarificação e gestão equilibrada dos vários regimes*** a que estão sujeitos os diversos territórios e propõe medidas que salvaguardem a segurança de pessoas e bens nas zonas sujeitas a riscos naturais e tecnológicos, incluindo a minimização dos efeitos das situações de cheias do rio Tejo;
- d) ***Propõe medidas para a proteção e valorização do património arquitetónico e arqueológico***, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;
- e) ***Identifica e hierarquiza os principais projetos estruturantes do modelo territorial*** que contribuem para o desenvolvimento dos sectores a valorizar e define orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;

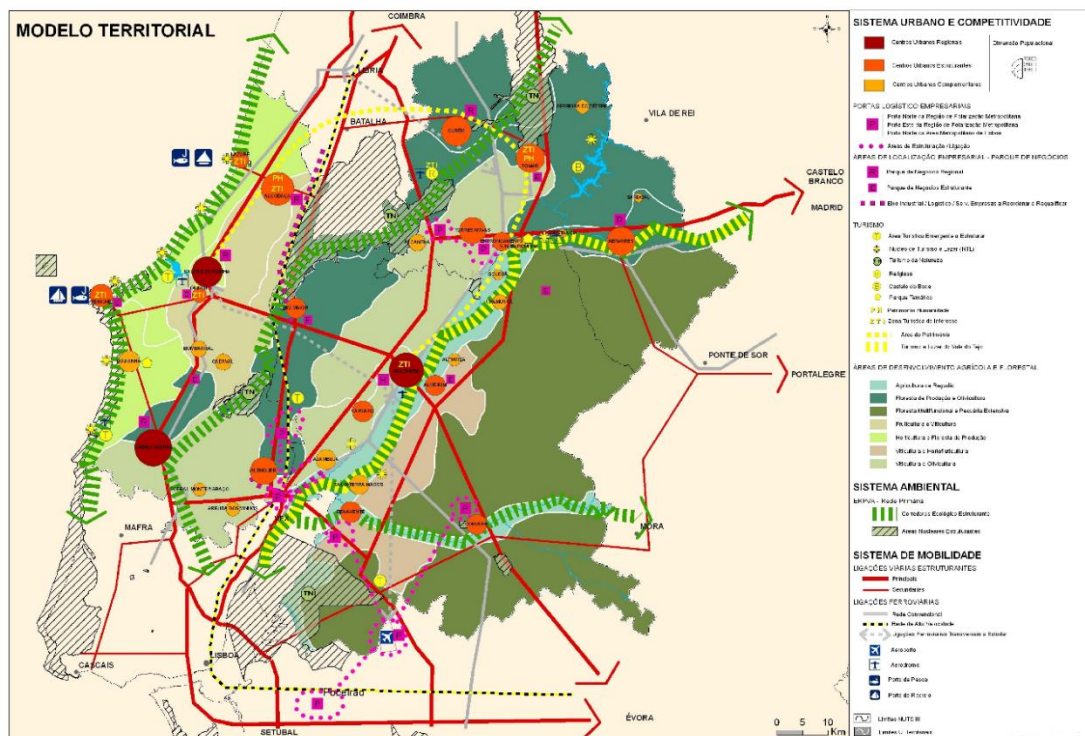
- f) **Contribui para a formulação da política regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e constitui um quadro de referência para as decisões da administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;**
- g) **Define mecanismos de monitorização avaliação e gestão das suas orientações.”** (PROT OVT, 2009:18 e 19).

Tendo por base a síntese do diagnóstico, onde se encontram identificados os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, que a região encerra, o PROT OVT traçou um conjunto de tendências e consequentemente uma visão estratégica para a região do Oeste e Vale do Tejo.

TENDÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial aumento da procura para instalação de atividades de logística, com particular incidência na logística da distribuição; ▪ Qualificação de diversas produções agrícolas e territoriais; ▪ Forte desenvolvimento do turismo com emergência dos segmentos residencial, golfe, <i>touring</i> e turismo religioso; ▪ Reforço do poder local e das respetivas estruturas associativas (Comunidades Intermunicipais); ▪ Reforço da cobertura da região com equipamentos e infraestruturas, com particular ênfase para a oferta crescente de serviços eletrónicos (Tecnologias da Informação e Comunicação) por parte da administração pública local e dos operadores; ▪ Reforço das acessibilidades rodoviárias regionais (IC9, IC10 e IC11), nacionais e internacionais (A8 e A23); ▪ Equidade no acesso das mulheres ao mercado de trabalho; ▪ Incremento da importância do ensino profissional e aumento dos níveis de alfabetização e qualificação da população; ▪ Envelhecimento da população ativa e crescimento continuado da taxa de desemprego; ▪ Fortes pressões sobre o uso do solo e consumos energéticos prejudiciais ao ordenamento e à sustentabilidade do território; ▪ Despovoamento e abandono das áreas agrícolas e florestais de reduzida produtividade, com o consequente aumento da ocorrência de incêndios e degradação paisagística e ambiental; ▪ “Suburbanização” em função da deslocalização da periferia de Lisboa para Norte, com a procura das atividades económicas/unidades empresariais menos qualificadas que, por falta de capacidade competitiva, são incapazes de permanecer na AML.
VISÃO
<p>No horizonte de 2020, o Oeste e Vale do Tejo será um dos territórios mais qualificados, atrativos e produtivos do país, combinando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Excelência dos seus diversificados sistemas naturais e patrimoniais, paisagens e culturas; ▪ Recursos humanos, científicos e organizacionais qualificados; ▪ Reforçadas acessibilidades e conexões, que lhe conferem uma nova centralidade nacional e relevância internacional; ▪ Atividades agrícolas, florestais, industriais, centros logísticos e serviços com elevado grau de inovação, tecnologia e conhecimento; ▪ Fixação de novos residentes e talentos, relevantes eventos culturais e de lazer, e ainda, elevado número de visitantes; <p>Propiciando, desta forma, um modelo de desenvolvimento sustentável, apreciada qualidade de vida, governabilidade consistente, e coesão e tolerância sociais distintas, no sentido da sociedade do conhecimento.</p>

A concretização da visão estratégica para a região é explicitada na proposta de Modelo Territorial, através da espacialização das opções estratégicas de base territorial, que tem como objetivo “a *consolidação interna do território aproveitando as características e potencialidades específicas das subunidades que o compõem e fomenta a sua afirmação externa, contextualizada numa trajetória de desenvolvimento positivo da grande região metropolitana de Lisboa*” (PROT OVT, 2009:50).

Figura 1: Esquema global do Modelo Territorial para o Oeste e Vale do Tejo



Fonte: PROT OVT (2009:54 e 55).

Como é possível observar na figura acima apresentada, o Modelo Territorial do Oeste e Vale do Tejo assenta em três sistemas estruturantes fundamentais, que se passam sucintamente a descrever:

Sistema Urbano e a Competitividade

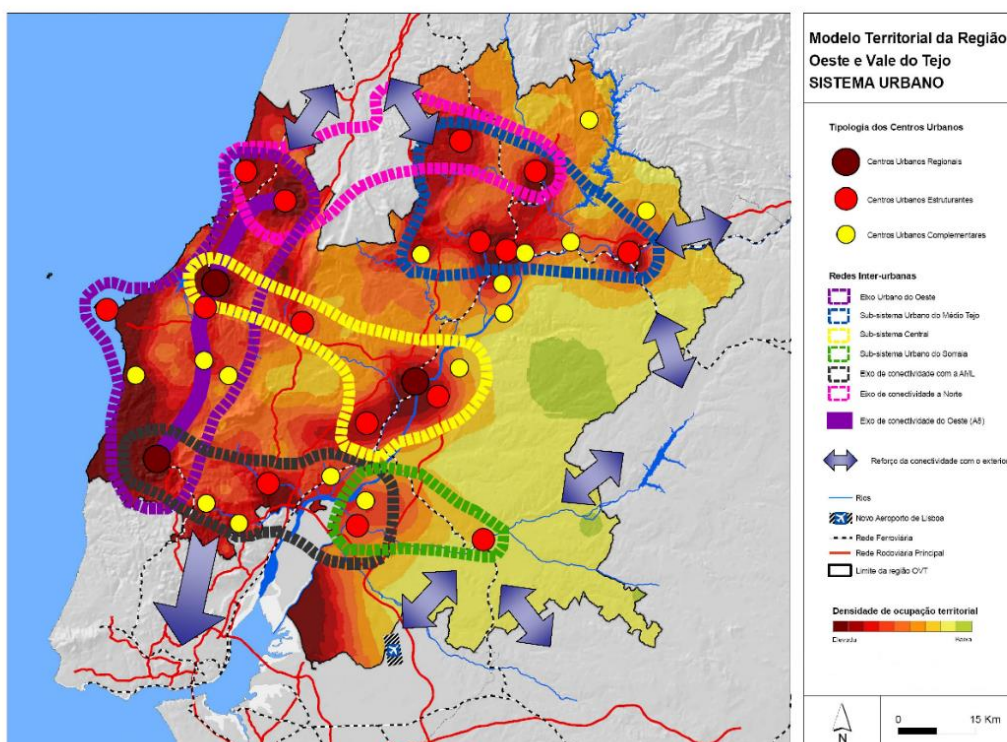
O sistema urbano e a competitividade “é suportado por um conjunto de centralidades articuladas em subsistemas urbanos que orientam, organizam e reforçam a rede urbana regional e por uma malha de áreas de localização empresarial que, aproveitando as dinâmicas instaladas e emergentes, promovem o desenvolvimento de atividades âncora fortemente mobilizadoras de recursos de conhecimento e de tecnologia avançada e com elevado potencial de internacionalização.”.

Este conjunto de centros urbanos (hierarquização urbana) e de polos empresariais (portas logístico-empresariais e áreas de localização empresarial – parques de negócios) estruturam a região, estabelecendo os principais eixos de articulação e sinergia com os territórios exteriores ao Oeste e Vale do Tejo. Por outro lado, suportam, do ponto de vista funcional, a matriz difusa de *atividades produtivas de elevado valor e afirmação competitiva relacionadas* às fileiras da produção agrícola e florestal, bem como a exploração especializada dos recursos naturais, definindo, para o efeito, as áreas de desenvolvimento agrícola e florestal.

A estruturação do território da região do Oeste e Vale do Tejo, associada à qualidade dos recursos patrimoniais, culturais e paisagísticos, e à qualidade ambiental do território, fazem com que a região possua uma grande atratividade para o turismo, o lazer e o recreio, numa ótica de complementaridade com as outras atividades, reforçando o seu desenvolvimento.

O sistema urbano formulado pelo PROT visa a integração funcional entre centros próximos e a definição de uma rede de equipamentos com uma forte valência de partilha, que permita a respetiva qualificação e economia e evite indesejáveis duplicações. Existem, duas componentes fundamentais na estruturação do modelo territorial do sistema urbano da região: tipologia urbana assente na diversidade das funções de âmbito regional ou sub-regional (hierarquia de centros urbanos) e as relações entre os diferentes subsistemas e eixos urbanos e com as regiões envolventes.

Figura 2: Sistema Urbano



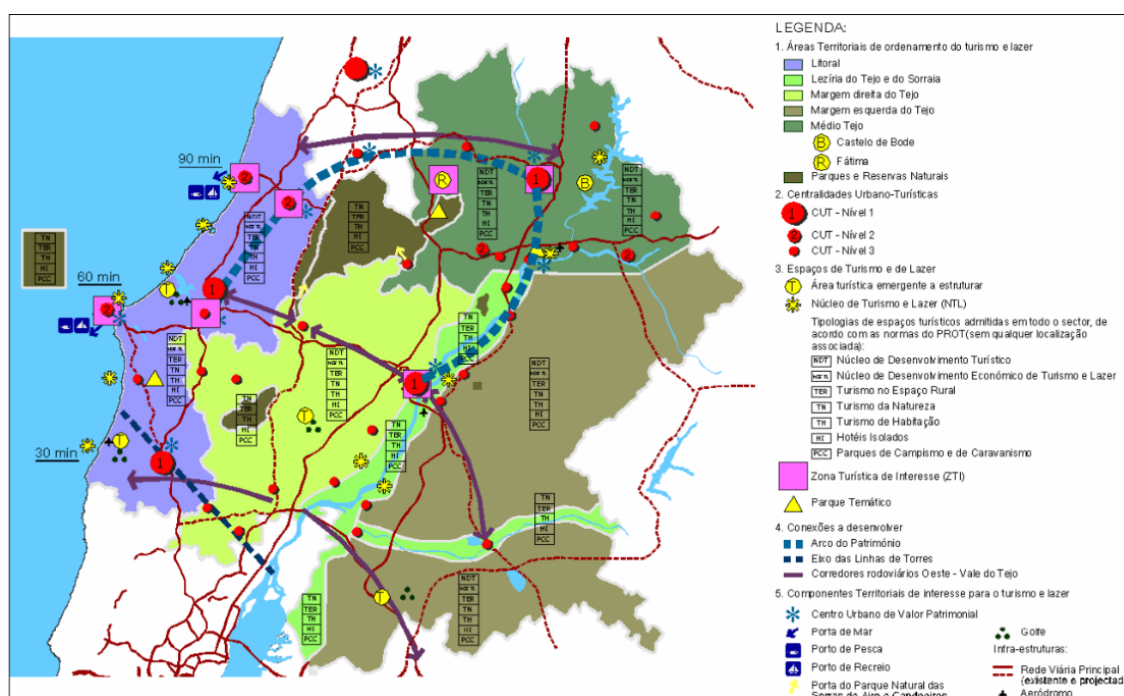
Fonte: PROT OVT (2009:57).

No que diz respeito à hierarquização urbana, o concelho da Nazaré encontra-se classificado como Centro Urbano Estruturante, aos quais cabe o papel de “*prestar um conjunto de funções especializadas de âmbito regional ou um leque de funções razoavelmente diversificado de influência sub-regional.*”

Relativamente ao conjunto de subsistemas e eixos urbanos definidos pelo modelo territorial do PROT OVT, a Nazaré encontra-se abrangida pelo Eixo de Conetividade a Norte e pelo Eixo de Conetividade do Oeste. No primeiro caso, a Nazaré assume uma expressão estratégica de destaque, uma vez que vai permitir o reforço do relacionamento urbano inter-regional e a articulação funcional com o eixo Leiria/Marinha Grande (região Centro). Já no segundo caso, a sua posição estratégica junto da autoestrada n.º8 e de importantes núcleos urbanos, nomeadamente de Alcobaça, que estruturam este eixo, vai permitir uma articulação com a área metropolitana de Lisboa, reforçando assim o seu relacionamento urbano e intra-regional.

Quanto ao setor do Turismo, o PROT OVT apresenta um conjunto de propostas independentes na definição do Modelo Territorial (Figura 3).

Figura 3: Turismo, Cultura e Lazer



Fonte: PROT OVT (2009:69).

O concelho da Nazaré, localizado na Área Territorial de Ordenamento do Turismo e Lazer do Litoral, representa uma Centralidade Urbano-Turística de nível 2, no qual se integram os *centros urbanos estruturantes para o turismo e o lazer, em espaços sub-regionais*. A concentração de funções turísticas, residenciais e de lazer conduziu ainda à classificação da Nazaré como Núcleo de Turismo e Lazer. Para os

aglomerados classificados como Núcleos de Turismo e Lazer, o PROT OVT propõe que estes reforcem a aposta na requalificação territorial e ambiental.

No domínio da Agricultura e Florestas, a Nazaré integra a área de desenvolvimento de Horticultura e Floresta de Produção – uma das sete Áreas de Desenvolvimento Agrícola e Florestal relevantes para a estratégia regional de desenvolvimento rural, em que se subdivide a região.

Situando-se na Nazaré o segundo centro piscatório de maior relevância na região, também o setor da Pesca e Aquicultura merece uma referência, uma vez que o PROT OVT assume claramente a sua importância na economia local e regional, sendo um valioso contributo para a coesão social e pela forte complementaridade que pode ter com as atividades do turismo e lazer.

Sistema Ambiental

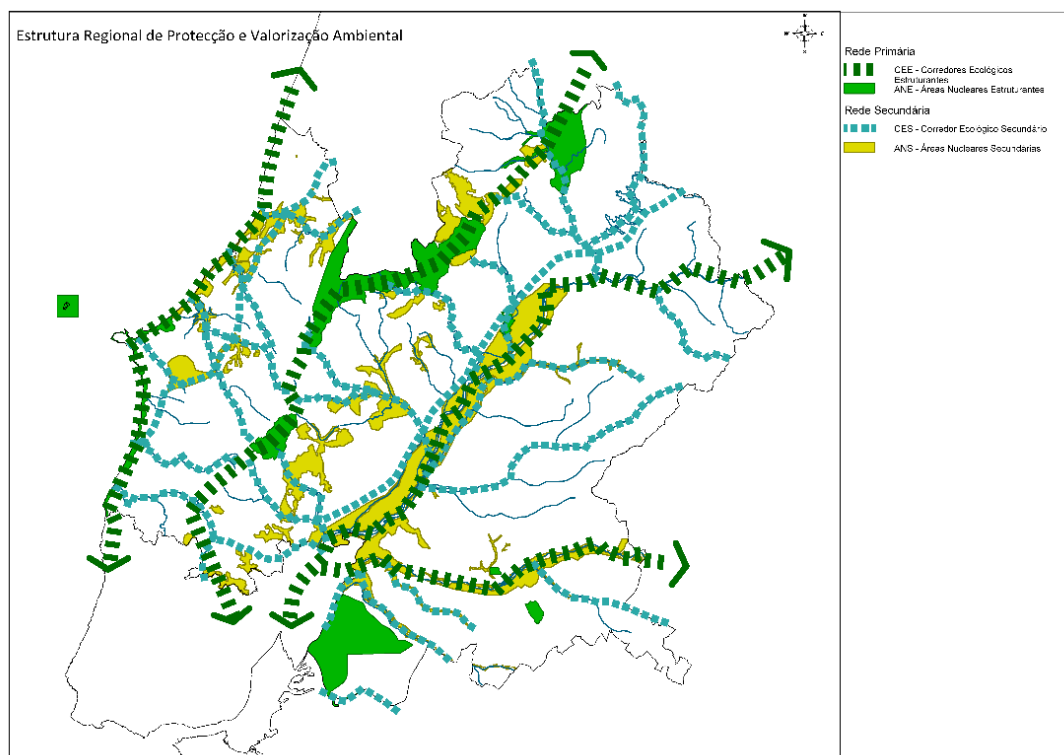
O sistema ambiental preconizado traduz-se na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), incluindo os recursos hídricos e o litoral, o solo e a paisagem, bem como a temática da energia e as áreas de risco.

O sistema ambiental identifica os recursos e valores mais significativos da região, visando a manutenção, valorização e promoção dos bens e serviços fundamentais para a qualificação territorial e para a qualidade de vida das populações, a redução das situações de risco e do impacto de eventos, bem como o contributo para a melhoria da qualidade ambiental geral, por via da racionalização da produção energética e da promoção de maior eficiência dos consumos.

A ERPVA suporta-se num conjunto de áreas territoriais e corredores que representam e incluem as áreas com maior valor natural ou com maior sensibilidade ecológica. Estes integram três níveis hierárquicos distintos:

- a) A **Rede Primária** integra as principais unidades ecológicas com elevado valor natural e paisagístico. É composta pelas Áreas Nucleares Estruturantes, na qual se incluem, por exemplo as Áreas Protegidas e as áreas classificadas como Rede Natura 2000, que se articulam entre si através dos Corredores Ecológicos Estruturantes;
- b) A **Rede Secundária** suporta os valores ecológicos com relevância regional e intermunicipal e integra as Áreas Nucleares Secundárias, nomeadamente as que estão associadas aos recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, às baixas aluvionares e às áreas de elevado valor ecológico.
- c) A **Rede Complementar** cuja delimitação decorre da presença de valores naturais relevantes, associados às atividades agrícola e florestal, assim como a paisagem humanizada de elevado valor paisagístico.

Figura 4: Rede Primária e Secundária



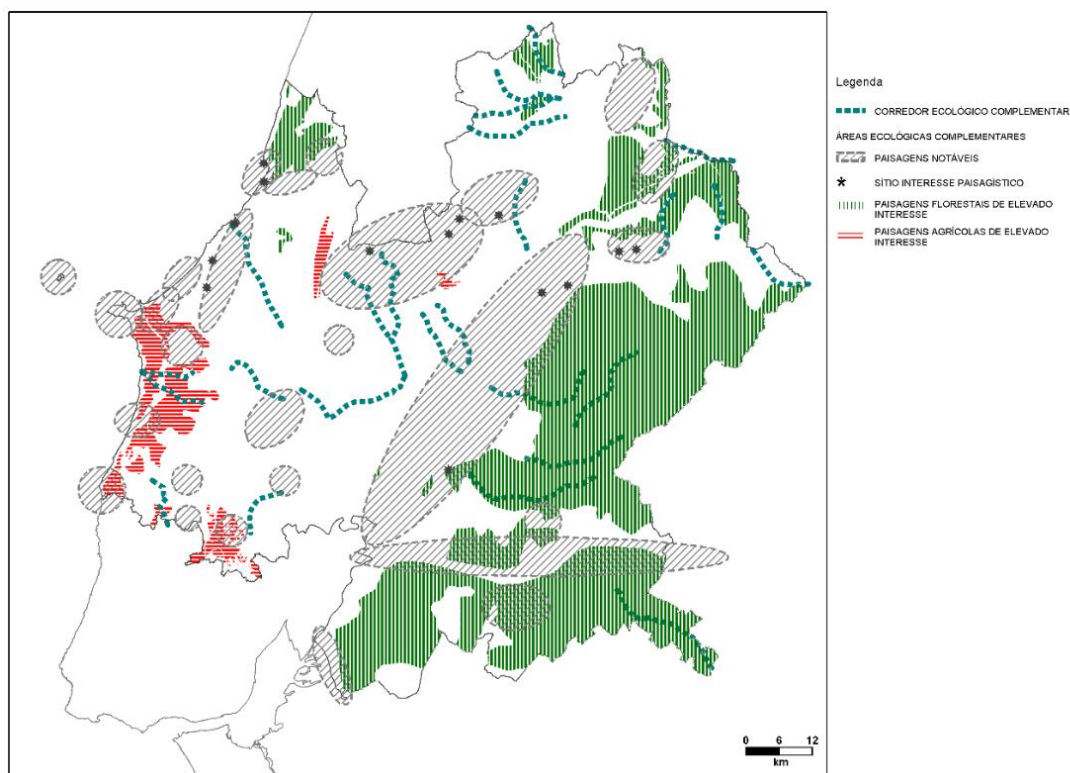
Fonte: PROT OVT (2009:78).

No concelho da Nazaré assume particular relevância o “Corredor Litoral” (rede primária), para o qual são definidas normas orientadoras específicas. Neste contexto, importa apenas destacar a diferenciação que é feita entre: orla costeira, que se estende por 500m no sentido da terra e onde se sente a ação direta do mar; zona costeira, que se desenvolve entre os 500m e os 2km; e faixa litoral, que se pode estender entre os 2 e os 5km, e onde, de algum modo, se sente a influência do mar.

Relativamente à rede secundária, encontra-se definido um “Corredor Ecológico Secundário” ao longo do rio Alcoa, estando ainda identificadas vastas áreas do território concelhio como “Áreas Nucleares Secundárias”.

Por fim, no que se refere à rede complementar, toda a extensão de pinhal que ocupa a zona norte/nordeste do concelho integra as “Paisagens Florestais com Elevado Valor Ecológico”, estando toda a faixa litoral e o Paúl de Cela classificados como “Paisagens Notáveis”, atribuindo-se ainda a designação de “Sítio com Interesse Paisagístico” ao Sítio da Nazaré e ao Monte de São Bartolomeu.

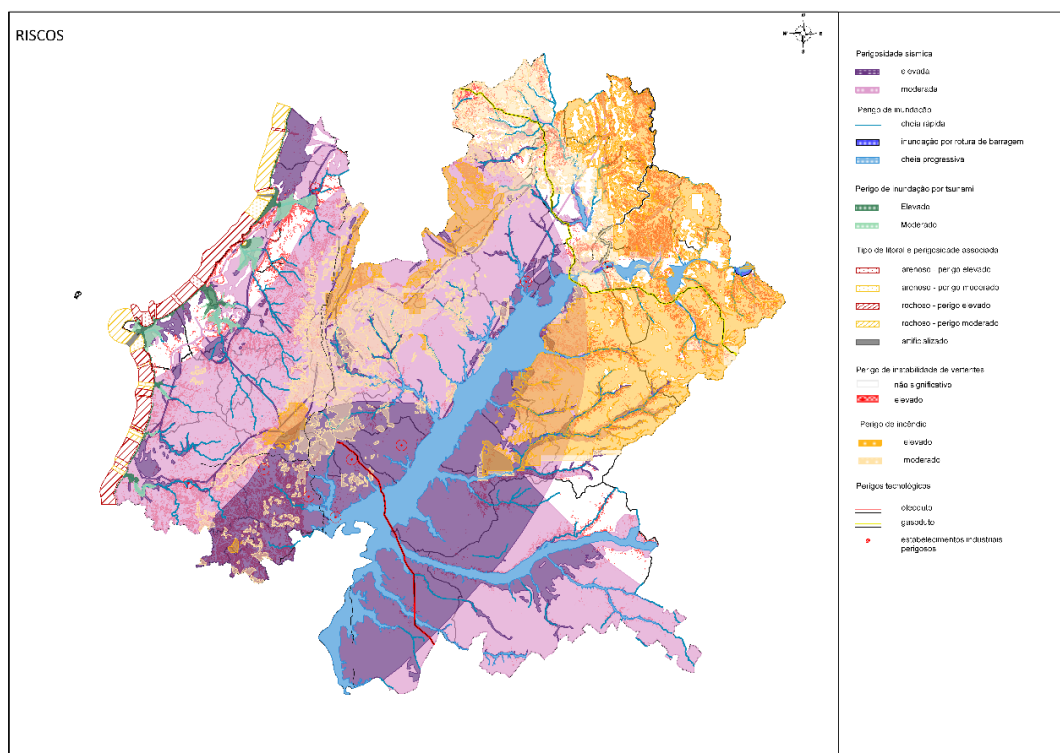
Figura 5: Rede Complementar



Fonte: Fonte: PROT OVT (2009:83).

Uma última referência à questão dos riscos, uma vez que a sua ponderação é fundamental na posterior definição do modelo de ordenamento do território concelhio, destaca-se, na Nazaré, o risco sísmico e o perigo de instabilidade de vertentes, que no território concelhio assumem uma perigosidade elevada, bem como o perigo de inundação por *tsunami*.

Figura 6: Riscos



Fonte: PROT OVT (2009:89).

Sistema Mobilidade

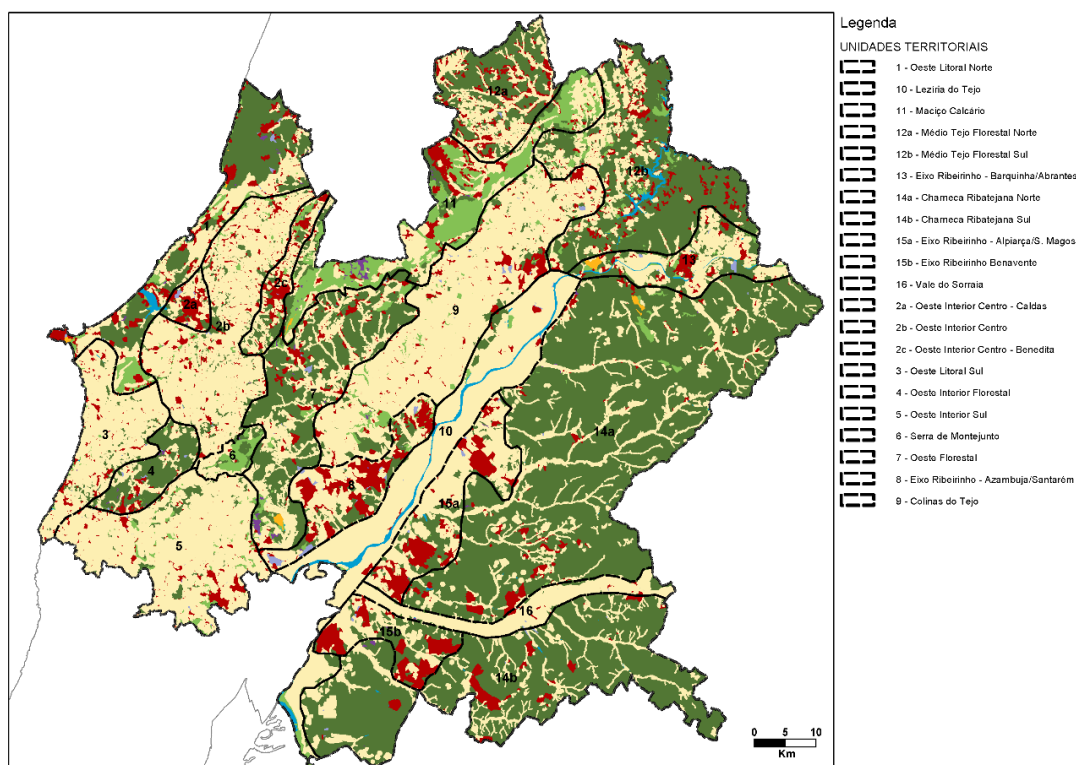
Este sistema baseia-se na rede de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias “*existentes e num conjunto de propostas que visam o reforço da malha existente*”. O sistema proposto visa “*o completamento da rede viária principal programada e a melhoria das condições de acessibilidade proporcionadas pela ferrovia, mediante a modernização de linhas existentes e a construção de troços de conexão que visam a melhoria significativa da conectividade da rede e o incremento da utilização do modo de transporte ferroviário, no contexto da promoção do transporte público em detrimento do transporte individual*”.

As propostas do sistema de mobilidade para a região salvaguardam “*as infraestruturas ferroviárias ou canais/eixos estratégicos de transporte intrarregional e/ou na sua relação com o exterior*”. Nesta questão em particular, e no que à Nazaré diz respeito, assume-se como fundamental a concretização por parte da administração central de um vasto conjunto de projetos, nomeadamente a reabilitação da Linha do Oeste e a criação de uma ligação transversal entre esta e a Linha do Norte.

Unidades Territoriais

Para além da estruturação do território nos sistemas anteriormente descritos, o PROT OVT delimita também um conjunto de áreas que apresentam não só características semelhantes em termos de ocupação do solo (agrícola, florestal ou edificada), como também *“potencialidades e problemas comuns em função de um padrão dominante”*, designando-as por Unidades Territoriais. O concelho da Nazaré integra-se na Unidade 1, Oeste Litoral Norte.

Figura 7: Unidades Territoriais



Fonte: PROT OVT (2009:107).

Esta unidade integra áreas de uso predominantemente florestal (essencialmente, pinhal e eucaliptal), onde as áreas agrícolas se associam às baixas aluvionares e policultura. Os espaços edificados concentram-se sobretudo nos principais núcleos urbanos (Nazaré, São Martinho do Porto, Foz do Arelho e Peniche). Os fenómenos de densificação e expansão dos aglomerados para fins residenciais (primeira e segunda residência) e de lazer têm-se vindo a intensificar, levando à edificação de novas áreas turísticas/residenciais exteriores aos perímetros dos principais aglomerados. Do ponto de vista conservacionista esta unidade possui áreas de elevado valor ecológico, geomorfológico e cénico, fortemente associados ao mar.

Normas Orientadoras

Atendendo ao Modelo Territorial e à definição das Unidades Territoriais, o PROT OVT define um conjunto de normas de aplicação direta, orientações e diretrizes correspondentes a linhas de ação genéricas e particulares, a aplicar por domínio de intervenção (Normas de Carácter Setorial) e por unidade territorial (Normas de Carácter Territorial).

A natureza estratégica do PROT OVT e o seu carácter de enquadramento aos planos municipais de ordenamento do território obrigaram a que normas orientadoras fossem objetivas, sistemáticas e indubitáveis. Neste sentido, as normas orientadoras foram classificadas em função do seu conteúdo e operacionalidade:

- ***“Normas de aplicação direta*** - *de natureza imperativa e cumprimento obrigatório, cujo conteúdo remete para a aplicação de regimes legais ou regulamentos preexistentes e externos ao PROT OVT;*
- ***Orientações*** - *que estabelecem recomendações e um quadro de referência para a ação dos agentes públicos envolvidos na aplicação do PROT, obrigando as entidades responsáveis pelos atos administrativos a fundamentar a decisão aprovada, sempre que não respeite as orientações do PROT; e*
- ***Diretrizes*** - *de natureza dispositiva e cujo conteúdo remete para a aplicação através dos instrumentos de gestão territorial ou de instrumentos de política pública de responsabilidade de outras entidades.”.*

Para além das orientações de carácter mais genérico e estratégico, o Plano define um conjunto normas/diretrizes que deverão possuir aplicação direta nos planos municipais de ordenamento do território, e em particular nos planos diretores municipais aquando da sua definição do modelo de ordenamento para o respetivo concelho. É neste contexto que se remete para a análise de compatibilização, a realizar aquando da apresentação da proposta de ordenamento, uma abordagem de maior detalhe a estas questões, uma vez que será esse o momento adequado para assegurar a aplicação das normativas do PROT ao ordenamento municipal e a necessária articulação entre os dois IGT.

2.3 PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA ALCobaÇA – CABO ESPICHEL

Os Programas da Orla Costeira (POC) são programas especiais de ordenamento do território vocacionados, por excelência, para apoiar a gestão integrada das zonas costeiras. Estes estabelecem os regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais, através de princípios e normas orientadoras e de gestão.

O concelho da Nazaré é abrangido pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Alcobaça – Mafra, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 11/2002, de 17 de janeiro. Dando cumprimento

ao disposto no Despacho n.º 9166/2011, de 20 de julho e Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, atualmente este plano encontra-se em revisão, da qual resultará no Programa da Orla Costeira Alcobaça - Cabo Espichel (POC ACE).

Tendo em consideração que o POC ACE se encontra na fase final e que se perspetiva a sua publicação antes do término da revisão do PDM da Nazaré, entende-se ter em consideração este plano desde já.

O troço de costa compreendido entre Alcobaça e o Cabo Espichel, com uma extensão de cerca de 224km, *caracteriza-se, por corresponder a um sistema costeiro constituído, essencialmente por arribas e praias encaixadas com características arenosas.*”.

Trata-se, de um troço de costa sujeito a processos erosivos graves, originando situações de risco para pessoas e bens, como se verifica em alguns aglomerados populacionais e em diversos trechos de costa com utilização balnear. Simultaneamente, as suas elevadas potencialidades, decorrentes dos seus valores endógenos e da sua posição estratégica, determinam uma forte procura que se traduz numa intensa ocupação humana, quer dos aglomerados urbanos, quer das áreas turísticas, maioritariamente de formação recente e associadas aos aglomerados tradicionais.

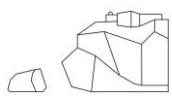
Tendo em consideração o diagnóstico prospetivo deste território e a estratégia integrada da zona costeira nacional, o POC ACE delineou a seguinte **visão** estratégica para a orla costeira entre Alcobaça e o Cabo Espichel: *“uma orla costeira preparada para as Alterações Climáticas e para a fruição em segurança, com um património natural, paisagístico e cultural preservado, com um bom estado das massas de água, promotora de oportunidades de desenvolvimento suportadas na diferenciação e valorização dos recursos territoriais e na capacidade de aproveitamento competitivo e sustentável dos potenciais terrestres, marinhos e marítimos.”.*

A visão estratégica preconizada pelo POC ACE será alcançada através de um modelo estratégico assente em quatro objetivos estratégicos setoriais, em dois objetivos estratégicos transversais e em 27 linhas estratégicas que norteiam tanto o modelo territorial e o quadro normativo, que estabelecem os diversos regimes de salvaguarda e proteção, como o modelo de execução, que define os principais investimentos a realizar na orla costeira no próximo decénio.

Nos quadros seguintes apresentam-se os objetivos estratégicos setoriais e transversais do programa do POC ACE.

Quadro 1: Objetivos e linhas estratégicas setoriais do POC ACE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS	LINHAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS
Riscos Costeiros Prevenir e reduzir os riscos costeiros e a vulnerabilidade às alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a preservação da atual linha de costa suportada na reposição do balanço sedimentar em regime natural; ▪ Assegurar a preservação das manchas de empréstimo e a utilização de dragados das barras e canais de acesso às infraestruturas portuárias na alimentação das praias;



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS	LINHAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS
	<ul style="list-style-type: none">▪ Conter a exposição territorial de riscos costeiros, estabelecendo regimes para a salvaguarda das faixas de risco, numa perspectiva de médio e longo prazo;▪ Promover a adaptação planeada de aglomerados urbanos à erosão costeira, galgamentos e inundações;▪ Assegurar a fruição pública em segurança do domínio público marítimo.
Valores Naturais Assegurar a proteção e conservação do património natural e paisagístico	<ul style="list-style-type: none">▪ Proteger os ecossistemas dunares e as arribas, preservando o património natural e a geodiversidade da orla costeira;▪ Proteger e valorizar os habitats marinhos e os sistemas lagunares;▪ Promover a valorização, recuperação e reabilitação dos ecossistemas costeiros;▪ Proteger e valorizar o carácter e identidade das paisagens costeiras.
Recursos Hídricos Promover a proteção dos recursos hídricos e assegurar os objetivos de qualidade da Água	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a qualidade das águas balneares;▪ Contribuir para o bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões;▪ Promover a valorização e proteção das lagoas costeiras, cumprindo os objetivos previstos para as zonas sensíveis na Lei da água;▪ Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis.
Competitividade Promover a competitividade económica da orla costeira suporta na utilização sustentável dos recursos territoriais e específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar condições para o desenvolvimento da atividade portuária;▪ Assegurar a preservação de solo e a valorização do património agrícola e florestal;▪ Promover a exploração sustentável dos recursos marinhos;▪ Promover a valorização dos recursos turísticos da orla costeira e a qualificação dos destinos turísticos.

Fonte: Adaptado do Relatório do POC ACE (2016:36).

Quadro 2: Objetivos e linhas estratégicas transversais do POC ACE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TRANSVERSAIS	LINHAS ESTRATÉGICAS TRANSVERSAIS
Praias Valorizar e qualificar as praias marítimas enquanto recurso natural, social e económico	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a preservação das praias, dos sistemas dunares e das arribas associadas, bem como dos espaços envolventes;▪ Assegurar a segurança e a proteção dos utilizadores e das estruturas de apoio de praia;▪ Melhorar a qualidade de acesso e a receção dos utilizadores designadamente da população com mobilidade condicionada;▪ Assegurar o controlo de fluxos e a promoção de modos suaves de transporte no acesso às praias;▪ Promover uma gestão adaptativa e flexível que permita responder com eficácia às mudanças ambientais, sociais e económicas.
Monitorização, Avaliação e Gestão Integrada Assegurar uma governação multinível, participada e pró-ativa da orla costeira,	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a monitorização regular e sistemática da dinâmica sedimentar da orla costeira, da evolução da linha de costa e do desempenho das obras de proteção/defesa costeira;▪ Reforçar a cooperação técnica, institucional e operacional entre entidades com jurisdição na gestão da orla costeira, entidades científicas e a sociedade civil;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TRANSVERSAIS	LINHAS ESTRATÉGICAS TRANSVERSAIS
suportada em processos de monitorização e avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a investigação e o desenvolvimento de novas abordagens de proteção costeira e de gestão integrada da orla costeira; ▪ Promover a capacitação técnica e disponibilização de ferramentas de suporte ao planeamento costeiro local e a adaptação às alterações climáticas; ▪ Assegurar a sensibilização das comunidades costeiras e dos visitantes para a sensibilidade e importâncias dos ecossistemas costeiros, para a necessidade de adotar comportamentos cautelares face aos riscos e para os desafios das alterações climáticas.

Fonte: Adaptado do Relatório do POC ACE (2016:36).

A concretização da visão estratégica e dos objetivos estratégicos do POC ACE para a área do plano é explicitada na proposta de modelo territorial, através da espacialização dos recursos ambientais, sociais e económicos da orla costeira entre Alcobaça e o Cabo Espichel e da estratégia de desenvolvimento sustentável definida para este território.

Desde logo, o modelo territorial do POC ACE identifica a existência de duas zonas territoriais distintas (POC ACE, Relatório:79):

- **“Zona Marítima de Proteção** – *abrange a globalidade da área de intervenção em espaço marítimo, onde a compatibilização entre a preservação de recursos com grande relevância ecológica e o desenvolvimento de atividades económicas específicas impõe que sejam fixados regimes de proteção que salvaguardem a qualidade dos recursos hídricos, preservem os ecossistemas marinhos e permitam a concretização da estratégia de gestão sedimentar, essencial para a proteção costeira, nomeadamente a Sul da barra do Tejo;*”
- **Zona Terrestre de Proteção** – *abrange o espaço terrestre da área de intervenção, onde a presença de recursos biofísicos de grande valor e os crescentes riscos costeiros impõem que sejam fixados regimes de proteção, determinados por critérios de salvaguarda de recursos e de valores naturais e de segurança de pessoas e bens, que permitam compatibilizar o desenvolvimento humano e económico deste território com a sua utilização sustentável.”.*

Tendo em consideração a estratégia do POC ACE e atendendo ao quadro normativo de atuação por este estabelecido, o modelo territorial do plano foi estruturado da seguinte forma:

- **Componentes Fundamentais** – nas quais é realizada a espacialização dos regimes de proteção e de salvaguarda, que se materializam através de Normas Específicas que estabelecem as atividades interditas, condicionadas e permitidas para as áreas abrangidas pelo regime;
- **Componentes Complementares** – nas quais são identificados os recursos territoriais, de âmbito ambiental, social e económico, que não justificam a adoção de medidas de salvaguarda específicas, mas que são objeto de Normas Gerais, tendo em conta a importância estratégica dos mesmo para o desenvolvimento sustentável da orla costeira.

Os regimes de proteção e salvaguarda visam alcançar os objetivos estratégicos do POC ACE, designadamente de segurança pessoas e bens, a preservação dos valores naturais, proteção dos recursos hídricos e a valorização e qualificação das praias marítimas, contemplando:

- **Salvaguarda aos riscos costeiros** – concretizado através da espacialização de Faixas de Salvaguarda aos riscos costeiros, definidas em função da dinâmica erosiva de litoral baixo e arenoso e de arriba, e dos fenómenos de galgamentos e inundação que afetam a orla costeira, tendo em vista a prevenção do risco e a proteção e salvaguarda do território;
- **Salvaguarda de recursos e valores naturais** – concretizado através da espacialização de Faixas de Proteção nas Zona Marítima e Terrestre, definidas em função dos valores naturais existentes, designadamente da sua relevância ecológica, biológica e para a dinâmica costeira;
- **Salvaguarda e gestão do domínio hídrico** – concretizado através da espacialização da margem, considerando o regime aplicável (demarcada de acordo com o estabelecido na Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos e na Lei da Água) e a importância que tem no acesso ao litoral, na valorização da orla costeira e na prevenção do risco, e da identificação e classificação das Praias Marítimas.

Devido há diversidade do sistema costeiro da linha de costa do concelho da Nazaré, o POC ACE identificou áreas de salvaguarda e de proteção em todos os domínios supra apresentados.

Como componentes estratégicas complementares ao modelo territorial do POC ACE foram ainda identificadas, para o concelho da Nazaré, a existência de recursos hídricos superficiais, áreas com especial interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, ondas com especial valor para os desportos de deslize de nível I, na Praia Norte, e de nível II, na Praia da Vila da Nazaré.

Relativamente às praias marítimas, foram identificadas a existência de seis praias no concelho da Nazaré com a seguinte tipologia:

Quadro 3: Proposta de classificação e denominação das praias marítimas do concelho da Nazaré

Concelho	Proposta		
	Reclassificação	Denominação	Praia
Nazaré	Natural	Areeira	NZ – P1
	Periurbana	Norte	NZ – P2
	Urbana	Nazaré	NZ – P3
	Natural	Entrada do Porto	NZ – P4
	Natural	Nova (do Sul da Nazaré)	NZ – P5
	Periurbana	Salgado	NZ – P6

Fonte: Fonte: Relatório do POC ACE – Classificação e Programação de Praias (2016:42).

Das seis praias marítimas do concelho da Nazaré foram elaborados, no âmbito do POC ACE, Planos de Praia para a Praia do Norte, Praia da Nazaré e Praia do Salgado.

Para a concretização dos objetivos estratégicos, o POC ACE estabelece um conjunto de normas de proteção e gestão da orla costeira entre Alcobaça e o Cabo Espichel. Estas estão agrupadas em três tipologias, de acordo com o seu conteúdo e finalidade:

- **Normas Gerais** – são orientações para as entidades públicas que visam a salvaguarda dos objetivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada, de acordo com os valores e recursos existentes e a garantia das condições de permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território, e que concretizam o regime de gestão compatível com a mesma;
- **Normas Específicas** – concretizam os regimes de salvaguarda do POC ACE, através do estabelecimento de ações permitidas, condicionadas ou interditas. Estas devem ser transpostas para os planos territoriais hierarquicamente inferiores, quando aplicável.
- **Normas de Gestão** - são normas que contêm os princípios e os critérios para o uso e gestão das praias com aptidão balnear e zonas envolventes, dos núcleos de pesca local, dos planos de água das Lagoas de Óbidos e de Albufeira e das áreas de recreio e lazer.

Na generalidade, e atendendo ao conteúdo, das normas supra apresentadas, em particular das normas gerais e específicas, serão tidas em consideração e transpostas, numa fase posterior, as que, pela sua natureza, dizem respeito ao uso do solo e que são da competência e jurisdição municipal.

2.4 PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

O Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), publicado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 julho, alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional, e é constituída pela:

- **Rede nacional fundamental** – que integra os itinerários principais (IP), que são as vias de comunicação de maior interesse nacional, e que asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supra distrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras;
- **Rede nacional complementar** – que integra os itinerários complementares (IC) e as Estradas Nacionais (EN), que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra concelhia, mas infra distrital. Os itinerários complementares são as vias que, no contexto do plano rodoviário nacional, estabelecem as ligações de maior interesse regional, bem como as principais vias envolventes e de acesso nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

No PRN2000, as estradas com características de autoestrada assumem um estatuto de rede própria (Rede Nacional de Autoestradas), sobreposta às Redes Fundamental e Complementar.

O PRN2000 cria um novo tipo de estradas, as Estradas Regionais (ER), a partir da transformação de parte das antigas Estradas Nacionais, que asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supra municipal e complementar à rede rodoviária nacional.

De acordo com o PRN2000, o concelho da Nazaré, é atravessado por três troços pertencentes à rede nacional complementar: o IC1-A8 (autoestrada do Oeste), que estabelece a ligação entre o Olival Basto/CRIL e a Marinha Grande/IC36, o IC9 que assegura a ligação entre a Nazaré e Ponte de Sor e a EN242 que estabelece a ligação entre Alfeizerão e a Marinha Grande.

2.5 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO OESTE

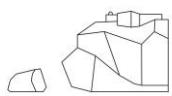
O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste (PROF do Oeste), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 14/2006, de 17 de outubro, é um plano setorial de ordenamento do território que estabelece as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, encontrando-se previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto), e regulados pelo Decreto-Lei n.º 204/99, de 9 de junho. Atualmente, este plano encontra-se em revisão, conforme o determinado pela Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro e pelo Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro.

O PROF do Oeste apresenta um diagnóstico da situação existente na região e efetua uma análise estratégica que permite definir objetivos gerais e específicos, delinear propostas de medidas e ações, assim como definir normas de intervenção para os espaços florestais e modelos de silvicultura aplicáveis a povoamentos tipo, dando cumprimento aos objetivos delineados pela Lei de Bases da Política Florestal para os PROF.

De forma a promover os princípios que o norteiam, o Plano determina os seguintes objetivos gerais:

Quadro 4: Principais funções das sub-regiões do PROF do Oeste que incidem sobre o concelho da Nazaré

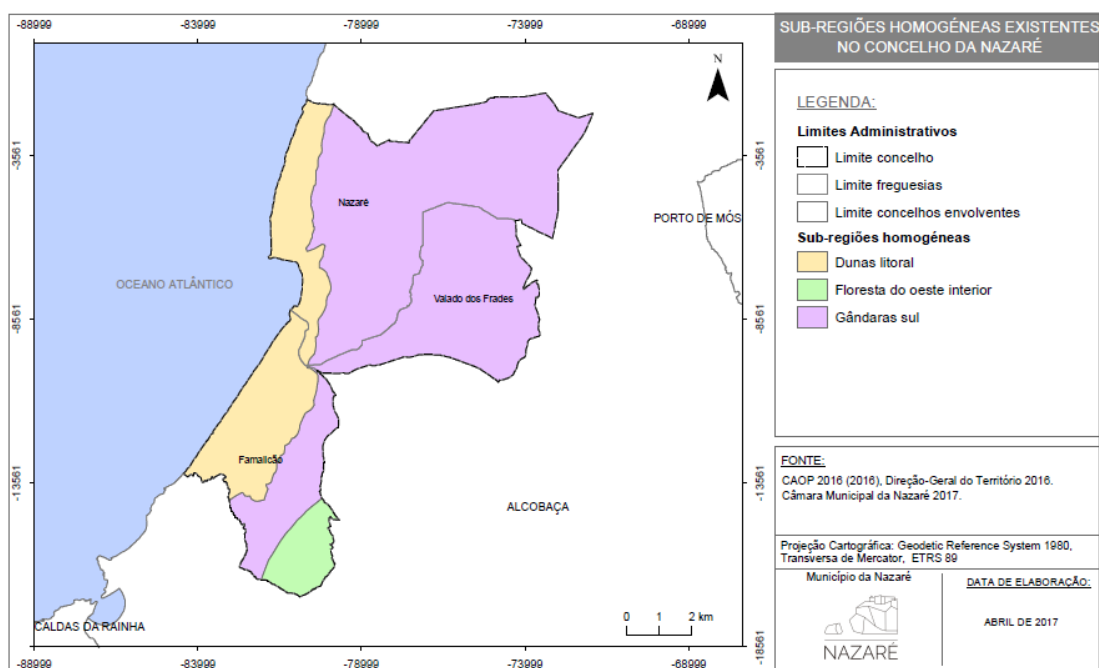
OBJETIVOS GERAIS
<ul style="list-style-type: none"> Promover o aumento dos espaços florestais arborizados, com espécies bem adaptadas às estações favorecendo soluções adaptadas às diferentes condições ecológicas; Promover o aumento de espaços florestais dedicados ao recreio e lazer; Promover a gestão florestal sustentável, procurando o equilíbrio entre as funções sociais, económicas e ambientais proporcionadas pelos espaços florestais; Promover o aumento da área de espaços florestais sujeitos a gestão florestal profissional; Incentivar a gestão conjunta nas áreas de maior fragmentação da propriedade, em especial nos municípios da margem norte do Tejo; Promover uma prevenção eficaz dos incêndios florestais; Promover a adoção de modelos de silvicultura com vista a maior valorização dos espaços florestais; Promoção da utilização do uso múltiplo da floresta; Promoção da utilização e valorização da biomassa florestal residual; Estabilização dos espaços florestais, eliminando os efeitos das especulação imobiliária;



- Promover a procura de novos mercados para os produtos florestais;
- Promover a recuperação dos espaços florestais degradados com vista à sua valorização quer em termos económicos quer em termos ecológicos.

O PROF do Oeste subdivide a região do Oeste em nove sub-regiões homogéneas, três das quais abrangem parcialmente o concelho da Nazaré.

Mapa 1: Sub-regiões homogéneas definidas pelo PROF Oeste para o concelho da Nazaré

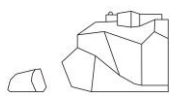


Fonte: GeoAtributo (2017).

Para cada sub-região estabelece uma hierarquização de funções de acordo com as potencialidades e os constrangimentos. No quadro seguinte efetua-se uma síntese das principais funções das sub-regiões abrangidas pelo concelho da Nazaré e dos respetivos objetivos específicos.

Quadro 5: Principais funções e objetivos específicos das sub-regiões homogéneas que abrangem o concelho da Nazaré

SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	FUNÇÕES		OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Dunas Litoral	1ª Função	Proteção	<ul style="list-style-type: none">▪ Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística;▪ Preservar os valores fundamentais do solo e da água;▪ Ordenamento dos espaços florestais de recreio.
	2ª Função	Conservação	
	3ª Função	Recreio, enquadramento e estética da paisagem	
Gândaras Sul	1ª Função	Produção	<ul style="list-style-type: none">▪ Diminuição do número de incêndios, da área ardida e minimização dos danos;▪ Preservar os valores fundamentais do solo e da



SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	FUNÇÕES		OBJETIVOS ESPECÍFICOS
	2ª Função	Recreio, enquadramento e estética da paisagem	<ul style="list-style-type: none">água;Melhorar a qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes;Melhorar a gestão dos terrenos de caça, harmonizando-a com os outros usos do solo;Melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e do lazer;Ordenamento dos espaços de recreio;Recuperação das galerias ripícolas.
	3ª Função	Proteção	
Floresta do Oeste Interior	1ª Função	Produção	<ul style="list-style-type: none">Diminuição do número de incêndios, da área ardida e minimização dos danos;Preservar os valores fundamentais do solo e da água;Melhorar a qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes;Melhorar a gestão dos terrenos de caça, harmonizando-a com os outros usos do solo;Melhoria das condições para a silvopastorícia;Ordenamento dos espaços de recreio.
	2ª Função	Proteção	
	3ª Função	Silvopastorícia, caça e pesca	

Fonte: PROF Oeste (2006)

O bom ordenamento dos espaços florestais requer uma diversidade compartimentada, articulada com as ordens funcionais e com a composição estética da paisagem, tudo isto sustentado numa base económica que assegure a conservação e exploração dos recursos associados ao uso florestal. Preconiza-se para a região do PROF Oeste, a prazo, a alteração do panorama atual em termos de composição dos maciços florestais arborizados, que deve conduzir a uma maior diversidade, mas sem colocar em questão a sustentabilidade económica dos espaços florestais. Este objetivo deverá ter em conta também a especificidade de cada sub-região e as suas funções.

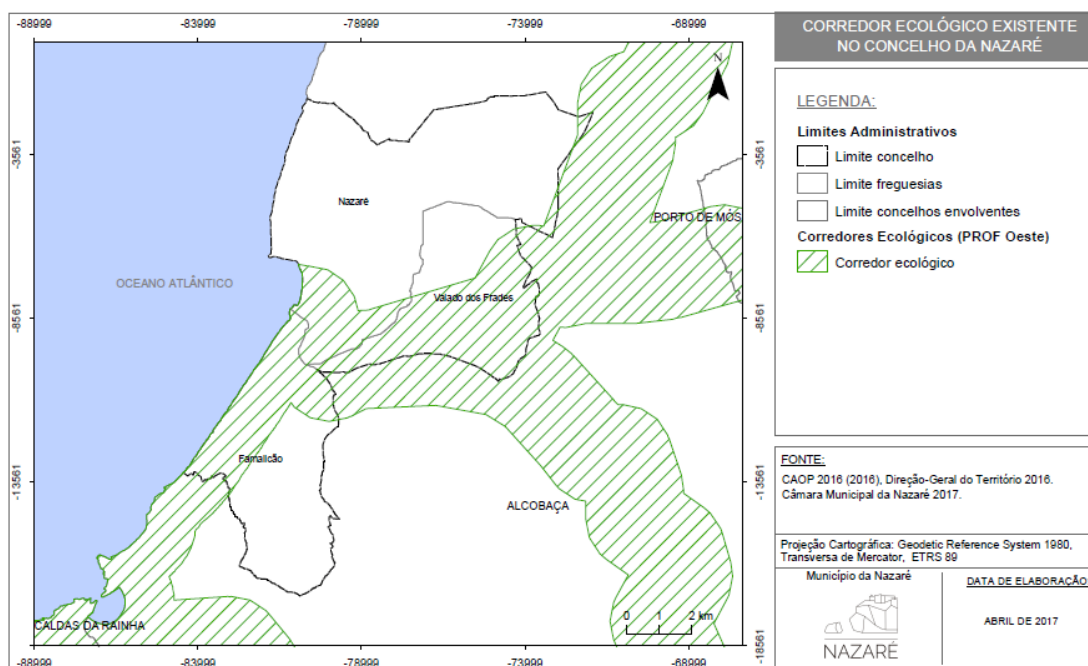
As normas a aplicar, no âmbito do planeamento florestal, são as consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica, com objetivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, bem como a subfunção de conservação de recursos genéticos, com objetivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e manutenção e fomento dos próprios corredores ecológicos.

Os PROF definem corredores ecológicos que contribuem para a formação de metapopulações de comunidades da fauna e flora, tendo como objetivo reduzir a fragmentação das áreas estruturantes, potenciando-se a sua conectividade através da criação de ligações que visam a transferência e troca de energia entre ecossistemas diferentes, para lhes garantir consistência e sustentabilidade.

Os corredores ecológicos serão objeto de tratamento específico no âmbito dos Planos de Gestão Florestal (PGF) e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT. Estes corredores serão compatibilizados com as Redes Regionais de Defesa da Floresta contra os Incêndios (RDFCI), sendo estas de carácter prioritário.

No concelho da Nazaré, os corredores ecológicos correspondem à faixa litoral da Serra da Pescaria e à bacia hidrográfica do rio Alcoa.

Mapa 2: Corredor ecológico definido pelo PROF Oeste que abrange o concelho da Nazaré

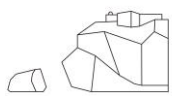


Fonte: GeoAtributo (2017).

Para efeitos de planeamento florestal local, o PROF Oeste estabelece que a dimensão mínima a partir da qual as explorações florestais privadas são sujeitas a plano de gestão florestal é de 25 ha.

Importa ainda referir que, no concelho da Nazaré, encontram-se submetidos a regime florestal e obrigados à elaboração de Plano de Gestão Florestal os perímetros florestais do Pinhal Real da Casa de Nossa Senhora da Nazaré e a Mata Nacional do Valado.

Como anteriormente referido, os PROF da primeira geração encontra-se em processo de revisão. Neste processo, procedeu-se a uma redefinição, a nível nacional, do âmbito territorial dos PROF para reduzir a complexidade que a escala anteriormente adotada implicava para todos os atores, públicos e privados, envolvidos na sua elaboração e aplicação. Assim, procurando ter por base regiões com características relativamente homogéneas que permitam partilhar os mesmos objetivos, medidas e ações a desenvolver na gestão dos espaços florestais, definiram-se 7 novos PROF. No caso do concelho da Nazaré, este é



abrangido pelo PROF de Lisboa e Vale do Tejo, que agrega a área territorial dos atuais PROF da Área Metropolitana de Lisboa, do Oeste, e do Ribatejo.

O PROF de Lisboa e Vale do Tejo esteve em consulta pública entre 19 de dezembro de 2017 e 16 de fevereiro de 2018. A proposta apresentada a consulta pública delimita 25 sub-regiões homogéneas, cuja demarcação procurou ter por base os limites dos PROF atualmente em vigor, sendo o objetivo geral a manutenção das delimitações existentes, bem como a sua designação atual. As eventuais alterações resultaram do ajustamento de limites biofísicos e limites das áreas classificadas, bem como os que naturalmente resultam da alteração da área territorial dos PROF face aos da primeira geração.

No caso do concelho da Nazaré, este continua a ser abrangido pelas sub-regiões Dunas litoral, Floresta do Oeste litoral e Gândaras sul, porém as funções principais e respetivos objetivos definidos para cada uma das sub-regiões homogéneas foram alterados, como se pode confirmar no próximo quadro.

Quadro 6: Principais funções e objetivos das sub-regiões homogéneas que abrangem o concelho da Nazaré (PROF Lisboa e Vale do Tejo)

SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	FUNÇÕES		OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Dunas Litoral	1ª Função	Produção	<ul style="list-style-type: none">▪ Diminuir a erosão dos solos;▪ Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;▪ Aumentar a produtividade por unidade de área;▪ Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas;▪ Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio.
	2ª Função	Proteção	
	3ª Função	Recreio e valorização da paisagem	
Gândaras Sul	1ª Função	Produção	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar a produtividade por unidade de área;▪ Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida;▪ Preservar os valores fundamentais do solo e da água;▪ Recuperação das galerias ripícolas;▪ Beneficiar os espaços florestais de enquadramento a atividades de recreio.
	2ª Função	Proteção	
	3ª Função	Recreio e valorização da paisagem	
Floresta do Oeste Interior	1ª Função	Produção	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar a produtividade por unidade de área;▪ Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;▪ Preservar os valores fundamentais do solo e da água;
	2ª Função	Proteção	
	3ª Função	Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	

SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	FUNÇÕES		OBJETIVOS ESPECÍFICOS
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação das galerias ripícolas; ▪ Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas; ▪ Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo.

Fonte: PROF Lisboa e Vale do Tejo (documentos estratégicos C e D), versão consulta pública – setembro de 2017.

2.6 PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (RH5)

Os Planos de Gestão da Rede Hidrográfica constituem um instrumento de excelência para a gestão dos recursos hídricos, fundamental para a garantia de qualidade de vida e de desenvolvimento dos setores. Com efeito, são instrumentos de planeamento que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica.

O concelho da Nazaré é abrangido pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

A Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste – RH5 é uma região hidrográfica internacional com uma área total, em território português, de 30.502 km² e integra a bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, as bacias hidrográficas das Ribeiras do Oeste e as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes. O concelho da Nazaré encontra-se incluído na sub-bacia Oeste 2.

Com base na análise dos principais objetivos definidos nos instrumentos de planeamento mais determinantes para a gestão dos recursos hídricos, foram identificados nove objetivos estratégicos:

Quadro 7: Áreas temáticas e objetivos estratégicos do PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)

ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
1 – Governança	OE 1 - Adequar a administração pública na gestão da água
	OE 8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais
	OE 9 - Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol
2 – Qualidade da Água	OE2 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água
3 – Quantidade de Água	OE3 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras
4 – Investigação e Conhecimento	OE4 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos
5 – Gestão de Riscos	OE5 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água

ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
6 – Quadro Económico e Financeiro	OE6 – Promover a sustentabilidade económica da gestão da água
7 – Comunicação e Sensibilização	OE7 – Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água

Fonte: PGRH5, Parte 5 – Objetivos (2016:10)

O quadro seguinte sistematiza os objetivos ambientais estabelecidos pela Diretiva-Quadro da Água (DQA) para massas de água superficiais e subterrânea, assim como para as que estão integradas em zonas protegidas e que o PGB RH5 incorpora.

Quadro 8: Objetivos ambientais para as massas de água abrangidas pelo PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)

MASSAS DE ÁGUA	OBJETIVOS AMBIENTAIS
Águas Superficiais	Evitar a deterioração do estado das massas de água.
	Proteger, melhorar e recuperar todas as massas de água com o objetivo de alcançar o Bom estado das águas – Bom estado químico e Bom estado ecológico.
	Proteger e melhorar todas as massas de água fortemente modificadas e artificiais com o objetivo de alcançar o Bom potencial ecológico e o Bom estado químico.
	Reduzir gradualmente a poluição provocada por substâncias prioritárias e eliminar as emissões, as descargas e as perdas de substâncias perigosas prioritárias
Águas Subterrâneas	Evitar ou limitar as descargas de poluentes nas massas de água e evitar a deterioração do estado de todas as massas de água.
	Manter e alcançar o Bom estado das águas - Bom estado químico e quantitativo garantindo o equilíbrio entre captações e recargas.
	Inverter qualquer tendência significativa persistente para aumentar a concentração de poluentes.
Zonas Protegidas	Cumprir as normas e os objetivos previstos na DQA até 2015, exceto nos casos em que a legislação que criou as zonas protegidas preveja outras condições.

Fonte: PGRH5, Parte 5 – Objetivos (2016:14)

2.7 TURISMO 2020

Decorrente do novo período de programação de fundos comunitários, iniciado em 2014, e que se estende até 2020, o Turismo de Portugal lançou, durante os anos de 2014 e 2015, um processo de construção simultânea de dois documentos estratégicos para o desenvolvimento do setor do turismo, com base no horizonte temporal 2020: o **Turismo 2020 – cinco princípios para uma ambição**, e o **Turismo 2020 - plano de ação**. Não obstante, a 27 de setembro de 2017 foi aprovada, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, a **Estratégia Turismo 2027 (ET27)** como o referencial estratégico para o turismo em Portugal na próxima década. Esta Estratégia consubstancia uma visão a longo prazo,

combinada com uma ação no curto prazo, permitindo enquadrar o futuro quadro de apoio comunitário 2021-2027.

Seguidamente apresenta-se uma síntese das principais estratégias e objetivos preconizados por estes três documentos estratégicos.

2.7.1 TURISMO 2020 – CINCO PRINCÍPIOS PARA UMA AMBIÇÃO

Com o término do horizonte temporal do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril, a Secretaria de Estado do Turismo apresentou o documento estratégico, denominado “Turismo 2020 – cinco princípios para uma ambição”, onde se definem os princípios orientadores das políticas públicas para o turismo no horizonte temporal 2016-2020.

Uma das principais diferenças entre o atual documento estratégico para o turismo de Portugal e os seus antecessores, prende-se com o facto de neste ser abandonada a questão dos produtos estratégicos para efeitos de estruturação, passando a promoção e a comercialização a serem feitas com base nas motivações e nas experiências.

A ambição estabelecida pela estratégia “Turismo 2020 – cinco princípios para uma ambição”, aponta para, que no horizonte 2020, se possa “**Tornar Portugal no destino mais ágil e dinâmico da Europa**”. Para a concretização de tal desígnio foram definidos cinco princípios estratégicos:

- **Pessoa** – foco nas pessoas, nos turistas e na procura, em vez de estar focado na oferta;
- **Liberdade** – respeito pela liberdade de escolha das pessoas e pela liberdade de iniciativa das empresas do setor, de forma a responder às motivações da procura;
- **Abertura** – à mudança, à inovação, à criatividade e à concorrência;
- **Conhecimento** – atenção ao conhecimento, às novas oportunidades de negócio, por um destino turístico inteligente; e
- **Colaboração** – multissetorial, assumindo o turismo como atividade transversal, por oposição à sua redução setorial.

De acordo com o Turismo 2020, a Região Centro apresenta-se como **um território em afirmação turística**, sendo por isso importante alavancar o seu desenvolvimento turístico, promovendo a transformação dos seus recursos turísticos em produtos e experiências e proceder à sua comunicação e venda.

Neste sentido, os territórios que constituem a Região Centro, onde se inclui o concelho da Nazaré, devem concentrar os seus esforços na estruturação e na comercialização da oferta turística.

2.7.2 TURISMO 2020 – PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM PORTUGAL

A iniciativa Turismo 2020 - Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020, é o documento estratégico de referência para Portugal e para as regiões no contexto do ciclo de

programação comunitária 2014-2020, no qual se identificam as prioridades de investimento para o turismo nacional no que respeita a projetos apoiados por fundos comunitários. Neste âmbito, estabelece os seguintes objetivos:

- **Dar sentido estratégico e coerência aos projetos a apoiar no Portugal 2020**, assegurando um alinhamento estratégico entre estratégia e financiamento, contrariando a dispersão ou a atomização de projetos e iniciativas;
- **Fomentar uma articulação entre promotores e projetos**, promovendo, nomeadamente, uma melhor articulação entre os setores público e privado;
- **Criar as condições para o reconhecimento de uma Estratégia de Eficiência Coletiva no Portugal 2020** – destina-se, assim, à constituição do Cluster Estratégico do Turismo no Portugal 2020;
- **Promover uma maior seletividade** e uma melhor afetação dos fundos comunitários para o turismo no âmbito do Portugal 2020;
- **Proporcionar aos promotores de projetos (públicos e privados) e às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais um quadro referencial sobre as prioridades** consideradas prioritárias em matéria de cofinanciamento comunitário para o turismo.

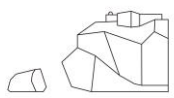
Tendo por base o diagnóstico realizado ao setor do turismo de Portugal, o documento formulou a seguinte visão estratégica para o desenvolvimento do turismo:

“Portugal quer ser o destino com maior crescimento turístico da Europa, suportado na sustentabilidade e na competitividade de uma oferta turística diversificada, autêntica e inovadora, consolidando o turismo como um atividade central para o desenvolvimento económico do país e para a sua coesão territorial.”

Para a concretização da visão estratégica, o plano estabelece os seguintes objetivos estratégicos e prioridades de investimento:

Quadro 9: Objetivos estratégicos e prioridades de investimento do Turismo 2020 – Plano de ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO
1 – Atrair	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação e valorização económica do património histórico-cultural; ▪ Regeneração urbana de cidades e centros históricos de elevado interesse turístico; ▪ Dinamização sustentável do potencial turístico da rede nacional de áreas protegidas e do património rural; ▪ Valorização da costa e reforço da interação da economia do mar e do turismo; ▪ Desenvolvimento de equipamentos e serviços de suporte à atividade turística; ▪ Melhoria das redes e dos sistemas de transportes, promovendo a mobilidade sustentável de fluxos turísticos.
2 – Competir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requalificação e inovação dos empreendimentos turísticos; ▪ Desenvolvimento de atividades económicas inovadoras nas áreas da animação turística, dos eventos e da restauração de interesse para o turismo; ▪ Fomento do empreendedorismo na geração e desenvolvimento de novas ideias e novos negócios turísticos;



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO
	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforço do acesso das PME do Turismo às TIC;▪ Melhoria das competências estratégicas das PME;▪ Certificação de qualidade e eficiência energética.
3 – Capacitar	<ul style="list-style-type: none">▪ Valorização da formação técnico-profissional em Turismo;▪ Melhoria / modernização de infraestruturas e equipamentos de formação e internacionalização das Escolas de Hotelaria e Turismo;▪ Capacitação e formação de empresários e gestores da área do turismo para a inovação, gestão e modelos negócio;▪ Capacitação das administrações públicas do Turismo e modernização tecnológica dos serviços para os agentes que operam na atividade turística;▪ Desenvolvimento e transferência de conhecimento científico e tecnológico para as empresas do turismo, promovendo a valorização económica da I&D;▪ Disponibilização de conhecimento aos agentes públicos e privados da atividade turística
4 – Comunicar	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforço da promoção turística externa do país e das regiões: campanhas de comunicação nos principais mercados emissores, ações de <i>trade marketing</i> e iniciativas de diplomacia económica;▪ Reforço do <i>marketing</i> digital: plataformas web, redes sociais, canais <i>online</i>, <i>mobile</i>, conteúdos digitais;▪ Estruturação e comercialização da oferta turística;▪ Captação e consolidação de rotas aéreas para Portugal, intensificando ações promocionais nos pontos de origem;▪ Promoção e dinamização do turismo interno;▪ Promoção de eventos estruturantes que reflitam a afirmação dos atributos distintivos nacionais e que impulsionem o incremento de fluxos e de receitas turísticas.
5 – Cooperar	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforço das relações de cooperação transfronteiriça – Portugal-Espanha;▪ Desenvolvimento de relações de cooperação no espaço europeu;▪ Intensificação da presença de Portugal em processos e organizações de cooperação internacional.

Fonte: Turismo 2020 – Plano de ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal 2014-2020 (2015: 158-166)

2.7.3 ESTRATÉGIA TURISMO 2027

Conforme referido, a Estratégia Turismo 2027 é o referencial estratégico para o turismo em Portugal na próxima década e consubstancia uma visão a longo prazo, que visa os seguintes objetivos:

- Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
- Assegurar a estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;
- Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes;
- Agir com sentido estratégico no presente e no curto/ médio prazo.

A Estratégia Turismo 2027 foi desenhada para tornar Portugal num destino cada vez mais competitivo, numa atividade em contínuo crescimento, às mudanças internacionais e ao ambiente tecnológico (pág. 37, ET27). Neste contexto são identificados 10 desafios globais para uma estratégia a 10 anos:

1. **Pessoas** — promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo.
2. **Coesão** — alargar a atividade turística a todo o território e promover o turismo como fator de coesão social;
3. **Crescimento em valor** — ritmo de crescimento mais acelerado em receitas vs dormidas.
4. **Turismo todo o ano** — Alargar a atividade turística a todo o ano, de forma a que o turismo seja sustentável.
5. **Acessibilidades** — garantir a competitividade das acessibilidades ao destino Portugal e promover a mobilidade dentro do território.
6. **Procura** — atingir os mercados que melhor respondem aos desafios de crescer em valor e que permitem alargar o turismo a todo ano e em todo o território.
7. **Inovação** — estimular a inovação e empreendedorismo.
8. **Sustentabilidade** — assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local.
9. **Simplificação** — simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração pública
10. **Investimento** — garantir recursos financeiros e dinamizar o investimento.

Esta Estratégia, tem como visão *“Afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo.”* Para a sua concretização são definidos eixos e linhas de atuação, que têm no seu centro de atuação “as pessoas”, quer sejam residentes, turistas ou profissionais.

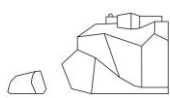


Figura 8: Eixos de atuação da Estratégia Turismo 2027



Fonte: Estratégia Turismo 2027, Liderar o Turismo do Futuro (2017), Turismo de Portugal

3 ORIENTAÇÕES E DIRETIVAS ESPECÍFICAS DE ÂMBITO MUNICIPAL

O modelo de desenvolvimento e ocupação do território concelhio deverá ter subjacente as expectativas e anseios do Município e dos seus munícipes. É nesse contexto que se enunciam, no presente capítulo, os planos e estudos de relevância no contexto municipal, em vigor ou em curso, bem como os compromissos assumidos pelo Município da Nazaré.

3.1 PLANOS E ESTUDOS

3.1.1 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) assume-se como um documento privilegiado na tomada de decisões de carácter estruturante para o concelho, dotando-o de um instrumento prospetivo e orientador para a realização e governação dos projetos e investimentos a realizar.

O PEDU começa por fazer um breve diagnóstico da situação atual da Nazaré em diversas componentes, nomeadamente: evolução da população residente, base económica (com especial atenção para o setor do turismo), infraestruturas rodoviárias que servem o concelho e as características urbanísticas e sócio funcionais da área de intervenção do plano (o histórico triângulo Praia – Sítio – Pederneira). O diagnóstico apresentado no PEDU conclui com o elenco das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (análise SWOT²), onde se identificam as vantagens e problemas atuais e potenciais do concelho da Nazaré (Quadro 10).

Quadro 10: Análise SWOT do PEDU do concelho da Nazaré

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impressionantes elementos distintivos – paisagísticos, cénicos, religiosos, culturais, etnográficos e imagem – que tornam a Nazaré de visita quase obrigatória ▪ Marca de forte projeção internacional como destino associado a ondas gigantes para a prática do surf e existência de um Centro de Alto Rendimento do surf, a abrir em Outubro; ▪ Longa tradição de turismo balnear, domínio em que a Nazaré se antecipa a outras praias; ▪ Tradição de pesca, com grande variedade e qualidade das espécies piscícolas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte sazonalidade do turismo, por excessiva dependência do produto «praia»; ▪ Insuficiência de infraestruturas para acolherem os fluxos de visitantes, com relevo para as insuficiências do estacionamento; ▪ Modelo de alojamento turístico não favorável à qualificação do turismo; ▪ Reduzida permanência média de turistas, curta duração das visitas e ausência de serviços de acolhimento aos visitantes do património religioso ▪ Fraca densidade do tecido empresarial e iniciativa

² O termo SWOT é uma sigla de origem inglesa, e um acrónimo de Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades e Threats (Ameaças).

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Porto com infraestruturas de apoio à pesca e à comercialização do pescado, com valências para a náutica de recreio; ▪ Condições para o desenvolvimento da aquacultura ▪ Localização do maior vale submarino europeu – Canhão da Nazaré; ▪ Excelentes condições de acessibilidade rodoviária e disponibilidade de serviço ferroviário ▪ ALE de Valado dos Frades para acolhimento de investimento empresarial; ▪ Existência de estruturas locais para resposta aos problemas sociais; ▪ Rede de equipamentos sociais cobrindo todo o concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ empresarial endógena muito débil; ▪ Insuficiente informação do público-alvo sobre os mecanismos de apoio à micro-iniciativa dos jovens e desempregados; ▪ Fraca presença da Nazaré no radar dos investidores extra-concelhios ▪ Persistência de situações de carência social e insuficiência/ desadequação de respostas, em particular no domínio das deficiências e dependências ▪ Restrições orçamentais a que se encontram sujeitas as entidades públicas e o município da Nazaré.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeção internacional do mar da Nazaré: surf, desportos radicais, investigação, etc.; ▪ Interesse nacional crescente pela economia do mar e pela energia das ondas; ▪ Inserção numa região dinâmica nas atividades industriais e agrícolas ▪ Reestruturação da economia nacional, com maior liberdade de localização das atividades económicas e mais serviços, mais conhecimento, mais TIC ,(...); ▪ Aproveitamento das potencialidades para desenvolvimento de atividades de turismo da natureza; ▪ Reforço da inserção da Nazaré nas rotas de visitaço do turismo religioso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eventual falta de apoio das entidades nacionais a projetos locais de relevância nacional e projeção internacional, como sejam os eventos de ondas gigantes na Praia do Norte; ▪ Uniformização das políticas nacionais e das regras de acesso aos financiamentos, sem consideração das diversidades dos problemas e das potencialidades dos territórios; ▪ Dívida avultada que condiciona a ação de todos os setores públicos.

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, pp. 18 (setembro 2015).

Atendendo à realidade e às dinâmicas diagnosticadas, o Plano identifica seis **Apostas Estratégicas** a prosseguir pelos agentes locais, a saber:

1. Turismo diversificado e distintivo;
2. Diversificação da base económica do concelho;
3. Qualidade de vida e coesão social;
4. Qualificação e regeneração urbana;
5. Sustentabilidade e uso eficiente dos recursos;
6. Cultura e tradições.

Tendo por base o diagnóstico realizado e as apostas estratégicas formuladas para o desenvolvimento sustentável do concelho, o PEDU formulou a seguinte **Visão** estratégica para os territórios urbanos da Nazaré:

Nazaré 2030 - Visão - Desenvolvimento Urbano

Um centro urbano qualificado, em articulação com rede urbana regional, propiciando elevados padrões de conforto, funcionalidade, coesão e eficiência, para viver, trabalhar e empreender, transformando a Nazaré num polo turístico distintivo, de atração nacional e internacional, no quadro de uma economia diversificada e de um ambiente urbano sustentável.

A concretização da visão estratégica “Nazaré 2030” encontra-se estruturada em torno de seis **eixos estratégicos**, nomeadamente:

- A. **Estruturação e qualificação dos espaços públicos** – com especial atenção para a requalificação dos espaços centrais e vitais no sentido da revitalização de funções económicas, sociais e culturais, e para a vivência urbana da população residente e dos visitantes;
- B. **Promoção da mobilidade urbana sustentável** – através da promoção dos modos suaves, da intermodalidade e do transporte público, do reforço da articulação entre os três núcleos históricos da Vila da Nazaré, dando sempre prioridade ao peão;
- C. **Reabilitação do património** – através da valorização do património natural, imaterial e edificado, melhorando as condições funcionais, de segurança e ambientais;
- D. **Revitalização e modernização da base económica** – destacando a visão da Nazaré como uma das “portas de mar” e como forma de promover a qualificação do comércio, serviços e oferta de alojamento turístico; através da diversificação das atividades económicas (marítimas e industriais) e do apoio ao empreendedorismo;
- E. **Reforço da coesão social e territorial** – através da regeneração (física, económica e social) das comunidades desfavorecidas, promovendo a igualdade de oportunidades;
- F. **Renovação da singular identidade da Nazaré** – através do reforço e desenvolvimento de uma atitude coletiva de preservação e promoção das mais-valias que os espaços de referência do concelho, o património imóvel, os usos e costumes de memória, podem trazer para a distinção da Nazaré como polo turístico.

De referir ainda, que o Plano apresenta conformidade e coerência da estratégia de desenvolvimento urbano sustentável da Nazaré com outros instrumentos de planeamento, nomeadamente com o Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 e com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Oeste 2014/2020, entre outros.

Com base no diagnóstico realizado e as dinâmicas recentes do concelho da Nazaré, o PEDU abrange as três áreas consideradas prioritárias pelo “Portugal 2020” para o desenvolvimento urbano sustentável: mobilidade urbana, reabilitação urbana e integração de comunidades desfavorecidas, que se passam sucintamente a descrever:

1. Mobilidade Urbana Sustentável

A circulação motorizada, o desordenamento do estacionamento e o conflito automóvel/peão são os principais responsáveis pela desqualificação do espaço e ambiente urbano do concelho da Nazaré. Face a estes problemas de mobilidade, o PEDU define os seguintes objetivos estratégicos para a mobilidade sustentável do sistema urbano da Nazaré:

Definição e implementação dos meios, modos e regras para a mobilidade amiga dos peões, das atividades e do ambiente, proporcionando condições de conforto e segurança na via e espaços públicos, reduzindo as emissões de CO2 e outras, atenuando os fatores de ruído e incrementando a eficiência energética.

Para a concretização deste objetivo estratégico, o documento estabelece os seguintes **objetivos operacionais**:

- Elaboração e implementação de um plano de mobilidade concelhia;
- Modernizar e qualificar as infraestruturas, os equipamentos e a gestão da circulação, do estacionamento e da via pública, com particular foco na melhoria e integração dos percursos pedonais e cicláveis;
- Melhorar a mobilidade através do reordenamento da circulação automóvel, do estacionamento e das cargas e descargas;
- Reforço e qualificação dos transportes públicos e dos interfaces;
- Incremento da mobilidade pedonal e ciclável, com a eventual definição de uma «Zona 30», na área compreendida entre a Marginal, a Rua Sub-Vila, a área da Biblioteca/Centro de Saúde/Terminal Rodoviário (futuro Centro Coordenador de Mobilidade) a Sul, e o Ascensor, a Norte;
- Integração e valorização do Ascensor na rede de modos suaves;
- Implementação de sistemas avançados de informação ao público e de gestão dos transportes, estacionamento e circulação.

Tendo em consideração os problemas de mobilidade urbana que a Nazaré apresenta, o PEDU propõe a execução das seguintes **ações e investimentos prioritários**:

- Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável, adiante designado por Plano de Mobilidade Urbana Sustentável;
- Construção do Centro Coordenador de Mobilidade;
- Criação de uma pista ciclável;
- Modernização do Ascensor da Nazaré;
- Ordenamento do estacionamento e promoção da mobilidade sustentável para libertar as ruas da Praia e do Sítio do congestionamento automóvel;
- Organização de um parque dissuasor de estacionamento na periferia do Sítio.

2. Plano de Ação de Regeneração Urbana

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho) determina a competência dos municípios na reabilitação urbana, assumindo-se esta como um elemento fundamental de uma política integrada para o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas de um concelho.

O território urbano da Nazaré tem origens milenares e uma singular história de povoamento. Essa história de povoamento está presente, de forma muito marcante, no triângulo Praia – Sítio – Pederneira que estruturam o sistema urbano-funcional da Vila da Nazaré.

Neste contexto, e tendo em conta a estratégia delineada no Plano Estratégico “Nazaré 2015: uma visão para o concelho”, apresentado pela Câmara Municipal da Nazaré em 2007, onde já se assumia a aposta prioritária na “articulação e potencialização do “triângulo virtuoso” Nazaré/Sítio/Pederneira, e o carácter estratégico destes três territórios no sistema urbano da Nazaré, levou à Câmara Municipal da Nazaré a delimitar as três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) – Praia da Nazaré, Sítio da Nazaré e Pederneira, conforme Aviso n.º 7169/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 108, de 6 de junho de 2016. Por sua vez, as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) para as ARU em causa foram aprovadas em sessão da Assembleia Municipal, de 14 de dezembro de 2017, e publicadas através do Aviso n.º 95669/2018, de 26 de abril.

A reabilitação urbana é um eixo transversal aos diversos eixos estratégicos de desenvolvimento urbano sustentável da Nazaré preconizado pelo PEDU. Assim, e de forma a criar um programa integrado e consciente de reabilitação, revitalização e sustentabilidade para o sistema urbano da Nazaré, definiu os seguintes **objetivos estratégicos**:

- Melhorar a qualidade de vida e coesão dos residentes e as condições de acolhimento dos turistas e dos visitantes;
- Revitalizar e qualificar as condições e os fatores que proporcionem o reforço e a diversificação das atividades económicas e a criação de emprego;

- Melhorar a mobilidade e o ambiente urbano, reduzindo as emissões de carbono e incrementando a eficiência energética e a produção de energias alternativas;
- Renovar e reforçar os fatores de identidade territorial, cultural e social da Nazaré;
- Mobilizar a participação dos atores urbanos e do investimento privado na regeneração urbana da Nazaré.

Com base no diagnóstico realizado dos problemas a ultrapassar nas áreas de reabilitação urbana delimitadas (Praia – Sítio – Pederneira), o plano estabelece onze **objetivos operacionais**, a saber:

- Ordenar e qualificar os espaços de forte concentração de pessoas, atenuar os conflitos de usos urbanos e melhorar as condições de acolhimento dos visitantes;
- Promover a reabilitação dos edifícios degradados, devolver a funcionalidade a edifícios obsoletos e mobilizar os edifícios sem uso para novas funções urbanas;
- Ordenar a circulação automóvel e atenuar o problema de estacionamento e melhorar as condições de mobilidade pedonal e de modos suaves de transporte;
- Desenvolver um novo modelo de acessibilidade/mobilidade que reduza o conflito automóvel e o património;
- Qualificar e reabilitar os equipamentos coletivos;
- Reabilitar e valorizar o património cultural edificado, recuperar os imóveis patrimoniais e os espaços envolventes;
- Animar os espaços comerciais e travar a perda de funções comerciais de algumas ruas do centro;
- Responder às novas procuras de visitantes atraídos pelas ondas gigantes e pelo surf;
- Qualificar e criar novos espaços públicos e espaços verdes;
- Criar serviços de acolhimento / informação aos visitantes que valorizem a história/lenda do Sítio e o seu significado simbólico;
- Modernizar as infraestruturas de saneamento, em particular das águas pluviais, elétricas e das comunicações.

3. Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

O Plano de Ação Integrado para a Comunidade Desfavorecidas (PAICD) da Nazaré abrange a comunidade desfavorecida do Bairro de Habitação Social da Nazaré.

A **Visão Estratégica** definida pelo Plano aponta para *“Transformar o Bairro de Habitação Social num espaço qualificado do centro urbano da Nazaré apropriado para uma comunidade ativa e diligente apostada na quebra do ciclo intergeracional da pobreza e no progresso coletivo”*.

Para o prosseguimento da visão estratégica delineada foram definidos os seguintes **eixos estratégicos**:

- **Eixo 1** - Programa participado de reabilitação física do bairro;
- **Eixo 2** - Fomento “vida de bairro”;

- **Eixo 3** - Empregabilidade e criação de alternativas ao desemprego;
- **Eixo 4** - Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil.

O PAICD propõe um conjunto de medidas a implementar para materialização dos eixos estratégicos supra identificados. Neste sentido, para o eixo **“Programa participado de reabilitação física do bairro”**, associam-se três medidas:

- **Medida 1.1** - Reabilitação integral dos edifícios em estado de conservação classificado de mau;
- **Medida 1.2** - Qualificação do espaço público, dos equipamentos e do mobiliário urbano e criação de espaços para apoio à atividade económica;
- **Medida 1.3** – Promoção a autorresponsabilização pela conservação dos imóveis.

Relativamente ao segundo eixo estratégico **“Fomento da vida de bairro”**, agregam-se três medidas:

- **Medida 2.1** – Organização dos moradores e capacitação da comunidade;
- **Medida 2.2** – Eventos identitários anuais;
- **Medida 2.3** – Rua segura.

O terceiro eixo estratégico **“Empregabilidade e criação de alternativas ao desemprego”** pressupõe a implementação de duas medidas:

- **Medida 3.1** – Capacitação individual;
- **Medida 3.2** – Promoção do autoemprego e do microempendedorismo.

Por fim, no quarto eixo estratégico **“Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil”**, associam-se duas medidas:

- **Medida 4.1** – Educar os jovens para comportamentos responsáveis;
- **Medida 4.2** – Intervenção familiar e parental.

3.1.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) consubstancia-se como *“um documento estratégico e operacional que serve de instrumento de atuação e sensibilização, que fomente a articulação entre os diferentes modos de transporte, visando a implementação de um sistema integrado de mobilidade de uma forma racional, que permita diminuir o uso do transporte individual e, simultaneamente, garanta a adequada mobilidade das populações, promova a inclusão social, a competitividade, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental.”*

O PMUS do Município da Nazaré encontra-se na fase I, com a elaboração do relatório de Caracterização e Diagnóstico já concretizado, em fevereiro de 2017.

Das três prioridades de investimento inerentes ao PEDU, a prioridade de investimento orientada para a mobilidade é a PI 4.5. – “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal

sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação”. No âmbito da presente candidatura, as ações definidas pelo município que integraram o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) Nazaré (PI 4.5) foram as seguintes:

- *“Plano de Mobilidade Urbana Sustentável;*
- *Centro Coordenador de Mobilidade;*
- *Pista Ciclável;*
- *Ordenamento do Estacionamento e promoção da mobilidade sustentável para libertar as ruas da Praia e do Sítio do congestionamento automóvel;*
- *Organização de um parque dissuasor de estacionamento na periferia do Sítio.”*

Neste sentido, a elaboração do PMUS tem como **principais objetivos:**

- Alcançar e construir uma visão integrada e relacionada do território, onde a ocupação e usos do solo, modos de vida, condição urbana, sazonalidade, modos e recursos de transporte e deslocação se cruzam e interagem de forma coerente permitindo uma leitura da realidade que facilita a capacidade propositiva de um caminho a seguir;
- Racionalizar e rentabilizar recursos e modos já instalados, promovendo a transversalidade das abordagens sobre esta temática – seja ela geral e territorial ou específica e setorial;
- Ler e interpretar criticamente a realidade instalada, entendendo o território e projetando conjuntos de ações que favoreçam o incremento cívico e a pedagogia/sensibilização junto da população;
- Definir campos de atuação que se consubstanciam, estruturadamente, numa sucessão de ações coerente e relacionadas e que ajudem à pegada ecológica, à qualidade de vida, redução das emissões de gases e a correção de modos e hábitos hoje aceites como dissonantes;
- Incorporar e entender a temática casa-trabalho e casa-escola, uma das principais razões pelo qual a utilização do automóvel cresce, e possibilitar formas racionais de reduzir a pendularidade e fluxos sucessivos de automóveis que não favorecem a partilha dos veículos, dos esforços financeiros e da sobrecarga das infraestruturas instaladas no território;
- Desenhar um plano de comunicação e informação urbana que ultrapasse largamente a sinalética direcional e a sinalização de trânsito e que abarque formas de comunicação de mobilidades alternativas e complementares, que favoreça a sensibilização e educação da população, nomeadamente daquela mais jovem, e permita fixar o quadro de atuação comunicacional, a médio prazo, assertivo e coerente;
- Promover a interoperabilidade entre os modos de transportes e o redesenho do espaço público respeitante à circulação em nome de um maior conforto no uso do espaço público;
- Interpretar criticamente a atividade económica instalada no território, compreendendo as suas necessidades, ligação às conexões supranacionais, cargas e descargas, necessidade de fluidez de

tráfego, racionalização da atividade logística para que o movimento pendular e abrasivo do transporte pesado possa ser reequacionado e melhorado;

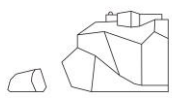
- Implementar fortemente modos suaves de mobilidade como expressão múltipla da vida urbana: trabalho, deslocações pontuais, compras, encontros e lazer, entre outras;
- Integrar e relacionar estudos, projetos e planos já elaborados ou em curso;
- Focalizar analítica e prepositivamente temas transversais como estacionamento automóvel, utilização da bicicleta e transporte público, enquadrando a realidade específica de cada um e de uma forma podem interagir – seja através de um sistema de bilhética integrada, estacionamento e transporte para bicicletas, estacionamento periférico, *park&ride*, *carsharing*, entre outros.

A síntese de diagnóstico do referido plano, organizada sob a forma de **“Pontos Fortes e Pontos Fracos”** permite detetar os principais elementos a reter e a contemplar na definição de uma **estratégia de mobilidade e transportes para o território da Nazaré**. Este tipo de análise possui uma aplicação prática no planeamento estratégico, sendo que, para melhor entendimento da mesma, foi devidamente separada e organizada nas seguintes temáticas:

- Modos suaves;
- Transporte individual;
- Transporte coletivo;
- Estacionamento e logística;
- Segurança rodoviária e ambiente.

Os pontos fortes e fracos identificados no PMUS foram os seguintes:

MODOS SUAVES	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproximadamente 24% dos movimentos realizados pelos residentes do município da Nazaré são realizados através de modos suaves; ▪ A quota de utilização dos modos suaves nas viagens internas à Nazaré é de 32,2%; ▪ As viagens a pé assumem a segunda forma de transporte mais utilizada; ▪ 35% dos estudantes que realizam viagens no concelho realizam-nas a pé; ▪ A utilização do transporte individual é superior na sub-região que no concelho da Nazaré onde as deslocações a pé são mais do dobro que as registadas na sub-região; ▪ 32% do território em análise na Vila da Nazaré encontra-se com declives inferiores a 2%; ▪ Ações do PEDU aumentam a qualidade das 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O transporte individual mantém-se como escolha modal preferencial dos residentes da Nazaré; ▪ Perda de 41% das viagens realizadas a pé entre períodos censitários de 2001 e 2011; ▪ A perda sofrida nas viagens a pé deveu-se a uma transferência modal para o transporte individual; ▪ Apenas 30% dos residentes do concelho que realizam viagens para o trabalho o fazem a pé; ▪ Mesmo no setor dos estudantes, grande parte destes já utiliza o transporte individual, sendo este o setor onde a educação para os modos suaves se torna mais relevante; ▪ A utilização da bicicleta enquanto modo de transporte em viagens utilitárias é praticamente inexistente; ▪ Passeios de dimensão reduzida e ocupados com esplanadas e veículos estacionados impedem a segura



MODOS SUAVES	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>deslocações através de modos suaves;</p> <ul style="list-style-type: none">Requalificação de espaços públicos e espaços dedicados ao peão potenciam a utilização dos modos suaves por indivíduos com mobilidade condicionada.	<p>circulação de pessoas a pé;</p> <ul style="list-style-type: none">Pontos de conflito entre peões e veículos potenciam a ocorrência de acidentes;Necessidade de continuidade de percursos pedonais e cicláveis que potenciem a utilização dos modos suaves de forma confortável e segura.

TRANSPORTE INDIVIDUAL	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">Principais acessibilidades externas asseguradas por eixos da Rede Rodoviária Nacional: IC1/A8 e IC9;Grau de acessibilidade interna nas ligações entre a Nazaré e os restantes polos concelhios, através da Rede Municipal;Existência de vias circulares à Vila (p.ex.: Variante à EN242), que possibilitam, reduzir o tráfego de atravessamento;A alteração de alguns sentidos de circulação e implementação de sentidos únicos possibilitará reduzir o tráfego de atravessamento, reduzindo a carga do tráfego rodoviário em determinadas arruamentos;As novas políticas europeias desincentivam a utilização e o investimento neste modo de transporte, reduzindo, inclusive, os financiamentos nesta matéria;A promoção europeia de políticas de utilização de veículos menos poluentes poderá levar ao incremento do número de pontos de carregamento e respetiva utilização deste tipo de veículos.	<ul style="list-style-type: none">Existência de alguns arruamentos no centro da Vila, cujo perfil não permite o entrecruzamento de dois veículos ao mesmo tempo e, em alguns casos, a circulação automóvel;A sinalética direcional insuficiente e desadequada;Excessiva pressão de procura associada ao período de Verão, geradora de situações de congestionamento e rutura no sistema de circulação da Vila da Nazaré;Conflitos evidentes entre os fluxos de automóveis e peões; nomeadamente em arruamentos com perfis mais estreitos;A quota de transporte individual, em 2011, é de 62,6%;Aumento da quota de utilização do transporte individual, entre 2001 e 2011, em 37% e, consequente aumento da taxa de motorização;Aumento do número de estudantes (como ocupantes) a realizar viagens internas ao concelho em transporte individual, entre 2001 e 2011, de 4% para 13%.

TRANSPORTE COLETIVO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">Existência de duas linhas de transportes urbanos que servem o aglomerado urbano da vila da Nazaré e ainda de Fanhais;Linha Vermelha (urbana) circula durante todos os dias da semana, permitindo a utilização por parte dos residentes nas suas deslocações de proximidade;Linha Vermelha possui serviços entre as 7h10 e as 23h45, efetuando uma boa cobertura horária com mais de uma circulação por hora;Ascensor e linhar urbanas surgem como alternativas ao transporte individual;	<ul style="list-style-type: none">Aproximadamente 24% dos movimentos realizados pelos residentes do município da Nazaré são realizados através de modos suaves;Linha Amarela apenas circula nos dias úteis e sábado, dificultando a utilização do transporte coletivo durante os fins-de-semana;Horário reduzido nos sábados para a Linha Amarela obriga a grandes períodos de espera que desincentiva a utilização do transporte coletivo;Reduzida oferta e cobertura territorial do serviço coletivo de transportes;

TRANSPORTE COLETIVO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Transporte Escolar serve áreas não abrangidas pelos serviços regulares de transporte coletivo e serve todos os ciclos (inclusivamente o ensino pré-escolar); ▪ Aumento ligeiro do número de circulações em período escolar com picos de circulação no período de ponta da manhã e da tarde (cada qual com circulação de 3 carreiras); ▪ Relação com os concelhos de Leiria, Tomar e Abrantes fomentada pelas carreiras de nível supramunicipal existentes em circulação na Nazaré; ▪ Terminal rodoviário possui bilheteira e rampa de acesso a cidadãos com mobilidade reduzida. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte existência de segundas residências dificulta criação de linhas de transporte urbana com aplicação efetiva aos movimentos dos residentes; ▪ Necessidade de criação de circuitos específicos em período de veraneio que acompanhe os movimentos para a praia; ▪ Apenas cinco carreiras de carácter municipal servem o concelho, operadas pela Rodoviária do Tejo, SA; ▪ Apenas em dia útil ocorre circulação das carreiras municipais; ▪ O terminal rodoviário existente no concelho apresenta carácter provisório; ▪ Interface rodoviária não possui serviços complementares aos utilizadores (café, quiosque, etc.); ▪ Falta de articulação entre ascensor e redes urbanas de transporte coletivo.

ESTACIONAMENTO E LOGÍSTICA	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A existência de diversos parques de estacionamento gratuito na vila, com dimensão considerável (parques de apoio à praia); ▪ A existência de zonas de estacionamento de duração limitada e respetiva rotatividade; ▪ A existência de diversos espaços destinados às cargas e descargas, nos locais de maior concentração de comércio e serviços; ▪ As tarifas de estacionamento, praticadas na via pública e no Parque Cândido dos Reis, são superiores na época balnear; ▪ A expansão das zonas de estacionamento de duração limitada, nomeadamente, na época balnear; ▪ A criação de parques periféricos, de apoio à cidade e possibilidade de correlação com as linhas urbanas; ▪ A criação de regulamentação de cargas e descargas possibilita a definição de regras que influem na imagem da vila e na melhoria das condições de circulação rodoviária. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A sinalização vertical e horizontal insuficiente fomenta o aumento do estacionamento ilegal; ▪ A existência de estacionamento ilegal em locais de elevada procura, nomeadamente na época balnear; ▪ A permissão, através de sinalização vertical, de estacionar em lugares que não cumprem o disposto no Código da Estrada; ▪ A existência de diversas zonas de estacionamento gratuito na via pública origina, em locais nobres da vila, uma pressão excessiva em termos de procura de estacionamento, deteriorando a qualidade do ambiente urbano; ▪ A insuficiência de fiscalização fora das zonas de estacionamento de duração limitada; ▪ A manterem-se os atuais hábitos de mobilidade, fortemente assentes na utilização do automóvel privado, ou o eventual aumento da utilização do automóvel, originarão maior pressão na procura de estacionamento; ▪ A inexistência de regulamentação de cargas e descargas aumenta o número de situações de conflito, sobretudo em períodos de ponta; ▪ A inexistência de restrição horaria para as operações de cargas e descargas.

SEGURANÇA RODOVIÁRIA E AMBIENTE	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Famalicão registou uma redução entre 2013 e 2015 de 38% no número de acidentes com vítimas; ▪ Valado dos Frades registou uma redução de 15% no número de acidentes com vítimas entre 2013 e 2015; ▪ Número quase inexistente de vítimas mortais no concelho da Nazaré (em 2014 apenas se registou um morto); ▪ No ano de 2013 e novamente em 2015 não se registou qualquer vítima mortal nos acidentes do concelho; ▪ Redução no número de feridos leves nos acidentes contabilizados no concelho da Nazaré (contrariando a tendência do distrito e nacional onde se aumentou o número desta tipologia de feridos); ▪ Apenas uma pequena parcela dos acidentes é verificada nas vias de hierarquia superior (autoestradas, itinerário complementares). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nazaré apresenta um aumento de 4% da sinistralidade na forma de acidentes com vítimas, acompanhando a tendência do distrito assim como a nacional; ▪ A freguesia da Nazaré, ao contrário das restantes freguesias do concelho, registou aumento do número de acidentes com vítimas (78 acidentes); ▪ Inconstância na sinistralidade da sede de concelho: redução entre o ano de 2013 e 2014 absorvida pelo aumento do ano seguinte; ▪ Indicador de gravidade no concelho da Nazaré registou aumento entre 2013 e 2015 – apesar da redução no número de feridos leves, aumentou-se o número de feridos graves; ▪ Aumento do indicador de gravidade acompanha a realidade do distrito e a nacional onde se verifica idêntico cenário; ▪ Maior concentração de acidentes com feridos leves regista-se dentro das localidades – necessidade de correção dos espaços de circulação automóvel;

Fonte: Plano de Mobilidade Urbana Sustentável - Fase I Caracterização e Diagnóstico, Município da Nazaré (fevereiro 2017).

3.1.3 PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

A primeira revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) da Nazaré foi elaborada ano de 2014, tendo estado em consulta pública durante 30 dias úteis (de 17 de junho de 2014 a 28 de julho de 2014). Posteriormente foi aprovada pela Comissão Nacional da Proteção Civil em reunião ordinária realizada em 18 de maio de 2017, entrando em vigor a 26 de outubro de 2017, com a publicação da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 3/2017, de 25 de outubro.

O PMEPC da Nazaré *“é um instrumento de suporte ao Serviço Municipal, em sintonia com as restantes autoridades de Proteção Civil, nos seus diferentes níveis, para a gestão operacional da generalidade das situações de emergência no Concelho da Nazaré. Este plano estabelece as orientações no que concerne ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil. A reposição da normalidade das áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente.”*.

Neste sentido, o PMEPC da Nazaré tem como intuito organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias à resposta, tendo em vista o cumprimento dos seguintes **objetivos gerais**:

- Identificar e avaliar os riscos do município;

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e a disponibilização dos meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade às populações do município;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas e definir o seu âmbito de intervenção no plano de forma a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Preparar a realização regular de treinos e exercícios, de carácter setorial ou global, destinados a testar o plano e a sua consequente atualização;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a promoção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

O PMEPC da Nazaré identifica os seguintes riscos para concelho:

Quadro 11: Riscos naturais, tecnológicos e mistos identificados na revisão do PMEPC da Nazaré

RISCOS NATURAIS	RISCOS TECNOLÓGICOS	RISCOS MISTOS
<ul style="list-style-type: none"> • Ondas de Calor • Ondas de Frio • Nevões • Secas • Cheias e Inundações • Inundações e galgamentos costeiros • Inundação por tsunami • Sismos • Movimentos de massa em vertentes • Erosão costeira • Emergências Radiológicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Acidentes Rodoviários • Acidentes Ferroviários • Acidentes Marítimos • Acidentes Aéreos • Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas • Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos • Incêndios urbanos e em centros históricos • Acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas • Colapso de Estruturas em Edifícios de Elevada Concentração Populacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Incêndios Florestais

Fonte: Revisão do PMEPC da Nazaré (2014).

Entre os riscos supramencionados, o PMEPC da Nazaré reconhece que os riscos mais significativos para o concelho da Nazaré são os da erosão costeira (incluindo a destruição de praia e sistemas dunares) e os de acidentes graves de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo.

No contexto da revisão do PDM, o PMEPC da Nazaré contribui com a identificação das áreas de risco, de modo a serem consideradas na proposta de ordenamento, no sentido de procurar minimizar o risco associado e de disciplinar a ocupação de áreas de maior perigosidade de ocorrência de acidentes ou catástrofes, contribuindo, em primeiro lugar, para a proteção de pessoas e bens.

3.1.4 PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) são definidos na redação atual do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, como instrumentos que “*contêm as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de*

incêndios”³. Têm de ser elaborados em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal.

A elaboração do PMDFCI prevê, através de atividades concretas, melhorar os meios de prevenção, deteção e combate a incêndios florestais, assim como estabelecer propostas de planeamento e ordenamento das áreas florestais. O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) da Nazaré foi aprovado pelo Despacho do Sr. Vogal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) exarado em 23/08/2016, nos termos do Regulamento do PMDFCI publicado em anexo ao Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, com um prazo de vigência de 5 anos, contado a partir da data de aprovação do mesmo.

De acordo com o PMDFCI da Nazaré, nos anos de 2013, 2014 e 2015 o número de ocorrências e de área florestal ardida no concelho diminuiu significativamente, no entanto, 26% do território ainda apresenta um risco de incêndio alto e muito alto, sendo por isso alvo de preocupação, nomeadamente em termos de prevenção.

O PMDFCI da Nazaré implementa, ao nível municipal, as linhas orientadoras do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), que assentam em **cinco eixos de atuação**:

- Eixo 1 - Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais;
- Eixo 2 – Reduzir a incidência dos incêndios;
- Eixo 3 – Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Eixo 4 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Eixo 5 – Adaptar um estrutura orgânica e funcional eficaz.

Sendo os Planos Diretores Municipais instrumentos de natureza regulamentar que estabelecem o regime de uso do solo, definindo os modelos de ocupação territorial, desempenham um papel primordial na prevenção geral dos riscos de incêndio, designadamente dos incêndios florestais, pelo que as recomendações do PMDFCI, em particular as constantes nos eixos estratégicos 1.º, 2.º e 4.º, devem ser consideradas no processo de revisão do PDM da Nazaré.

3.1.5 PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIDADE SUAVE AO LONGO DO RIO ALCOA

Os concelhos de Alcobaça e da Nazaré são percorridos pelo rio Alcoa, cuja bacia hidrográfica a jusante de Alcobaça é constituída por uma planície aluvionar de elevado valor ecológico e paisagístico, inserida num território caracterizado por áreas agrícolas, de produção intensiva associada, principalmente, à fruticultura e horticultura, onde as principais condicionantes legais remetem para a Reserva Agrícola

³ Número 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

Nacional (RAN), a Reserva Ecológica Nacional (REN) e o Domínio Hídrico (DH), sem descorar o enquadramento da Lei da água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 junho).

Neste contexto, os municípios de Alcobaça e da Nazaré estão a desenvolver um projeto intermunicipal que se coaduna com a mobilidade sustentável, com o objetivo de potenciar a mobilidade ao longo do rio Alcoa, aliado à possibilidade de ligação dos dois centros urbanos, estruturado em duas vertentes:

- A recuperação ambiental, através da limpeza e desobstrução da linha de água e o uso das margens. Ou seja, melhorar a qualidade da água do rio, com a eliminação dos focos de poluição, proceder à valorização ambiental e paisagística do percurso do rio, através da eliminação de focos de degradação e elementos dissonantes, com a libertação da faixa adjacente do domínio hídrico;
- Um projeto de mobilidade suave, que decorre do novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), Lei nº 52/2015 de 9 de junho. O presente projeto constitui uma oportunidade para os municípios envolvidos, com a abertura de uma concessão para a utilização de veículos elétricos ao longo do percurso do rio Alcoa.

Considerando a sensibilidade do local, pretende-se recorrer a materiais e equipamentos, o menos intrusivos possível, que permitam obter um percurso apazível e confortável. O percurso será transitável por meio pedonal, de bicicleta e uma terceira opção para veículo elétrico com tipologia de pequeno autocarro, uma solução inovadora de mobilidade.

Cria-se assim uma circulação alternativa à EN 8-5 que visa potenciar a mobilidade suave através da construção de um percurso multimodal ao longo do curso do rio Alcoa, ocupando a mota do rio devidamente tratada, do ponto de vista ambiental.

Este projeto integra-se em conceitos ambientais que estão na ordem do dia, tais como a Economia Verde, um dos principais temas da Rio+20, que prevê o desenvolvimento sustentável nos aspetos ambiental e social, assim como as questões relacionadas com o aquecimento global e a preocupação com a redução de emissões de CO², privilegiando o uso de fontes limpas e renováveis de energia em detrimento do uso de combustíveis fósseis, no sentido da eficiência na utilização de recursos naturais, bem como na qualidade e eficiência no sistema de mobilidade interurbana.

Salienta-se também a visão no âmbito da Economia Azul, conceito mais recente e em foco, no sentido de se voltar à eficiência da natureza, eliminar os desperdícios, reutilizando-os.

3.2 COMPROMISSOS E INTENÇÕES DO MUNICÍPIO

Existe ainda uma série de outros projetos (alguns de âmbito nacional ou regional) ou intenções, em execução ou previstos que, pelos seus impactes em termos de gestão e desenvolvimento do concelho da Nazaré, interessa destacar e atender.

A Nazaré tem vindo a revelar-se um território com capacidade de afirmação e competitividade crescentes para atrair projetos de investimento inovadores e estruturantes, fruto, em grande medida, da sua localização geográfica e das suas potencialidades naturais.

A construção e requalificação de **equipamentos coletivos** tem sido um domínio de intervenção prioritária do município, e é nesse sentido que se encontram previstas diversas intervenções que se sistematizam abaixo.

Os últimos 10 anos têm sido marcados por um vasto processo de reordenamento da rede escolar pública, processo que teve impactes significativos no parque escolar do concelho da Nazaré, designadamente ao nível do pré-escolar e do 1.º ciclo. Resultante da reorganização da rede escolar, a Câmara Municipal da Nazaré prevê, para curto prazo, o início da empreitada de construção do Centro Escolar da freguesia de Famalicão e intervenções na E.B. 2.º e 3.º Ciclos Amadeu Gaudêncio, para que num futuro próximo este equipamento de ensino possa vir a garantir o ensino secundário público na sua oferta educativa.

Além destes equipamentos, a Câmara Municipal da Nazaré iniciará, para breve, a empreitada para a construção de um novo Centro de Saúde da Nazaré, cujo contrato-programa com a Administração Regional da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) foi já assinado.

No âmbito da execução do plano estratégico de desenvolvimento urbano e de outros programas de reabilitação urbana, encontram-se previstos a concretização de projetos e investimentos de maior importância para o concelho da Nazaré, nomeadamente:

- Qualificação do atual terminal rodoviário, com a construção de raiz de um Centro Coordenador de Mobilidade moderno;
- Reabilitação do mercado municipal;
- Reabilitação do Casino Salão de Festas;
- Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho;
- Modernização/reabilitação do edifício da Colónia Balnear da Nazaré; (RETIRAR, É PARTICULAR)
- Criação de uma pista ciclável que estabeleça a ligação entre os espaços estratégicos da Vila: Centro Coordenador de Mobilidade, Porto/Lota, Centro de Saúde, Mercado Municipal, Ascensor e Sítio;
- Modernização do Ascensor da Nazaré;
- Criação de um parque de estacionamento na periferia dissuasor do trânsito e estacionamento na área central do Sítio;

- Reabilitação de inúmeros espaços públicos.

Ao nível do urbanismo é necessário ter em consideração que alguns loteamentos que se encontram ainda por concretizar, mas que, por terem já sido objeto de aprovação, serão compromissos assumidos por parte da Câmara Municipal da Nazaré perante os seus promotores, e consequentemente serão tidos em consideração nas fases subsequentes da revisão do PDM da Nazaré.

4 EIXOS BALIZADORES DA REVISÃO DO PDM

O PDM da Nazaré em vigor foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/97, publicada em Diário de República de 16 de janeiro de 1997, tendo ao longo da sua vigência sofrido duas alterações (regime simplificado), uma suspensão parcial e uma correção material. Em termos formais, o PDM da Nazaré estabelece os seguintes objetivos:

- Apoiar uma política de desenvolvimento que permita a utilização dos recursos naturais e humanos, sem que tal coloque em causa o seu equilíbrio ambiental e social;
- Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo, de modo a promover a sua adequação às potencialidades de cada local;
- Estabelecer a disciplina da edificabilidade que permita preservar os valores naturais urbanísticos, paisagísticos e patrimoniais;
- Determinar as carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação;
- Compatibilizar as diversas intervenções setoriais;
- Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais de nível inferior ou de planos de carácter sub-regional, regional ou nacional;
- Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividades.

Volvidos quase 20 anos desde a sua entrada em vigor, para além do prazo de vigência já ser sido amplamente ultrapassado, o Município determinou a revisão do PDM como uma ação prioritária, pelo facto de nos últimos anos terem surgido várias alterações legislativas que enquadram este de Instrumento de Gestão Territorial (IGT), nomeadamente a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), o novo Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) e respetiva legislação complementar. Para além destas, há ainda a registar a aprovação e entrada em vigor de um conjunto de IGT de âmbito nacional e regional com incidências no ordenamento municipal do concelho da Nazaré (analisados no capítulo 2 do presente documento).

Os pressupostos de alteração do PDM da Nazaré passam ainda pela necessidade de ajustar o mesmo aos novos paradigmas e realidade socioeconómica, às mudanças ao nível das acessibilidades regional e nacional decorrentes da conclusão do IC9 e às oportunidades geradas pelo novo período de programação de fundos comunitários, iniciado em 2014 e que se estende até 2020.

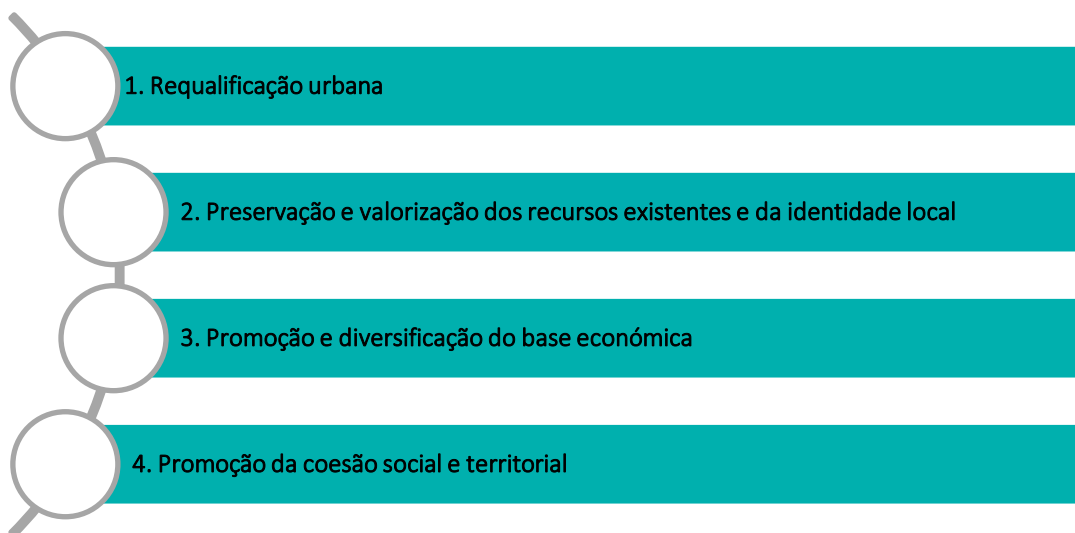
Neste contexto, é fundamental a atualização da estratégia de desenvolvimento económico e social para o concelho, novas opções espaciais e a revisão do quadro de ordenamento territorial e dos consequentes instrumentos de planeamento e gestão urbanística, rural e ambiental, por forma a conferir-lhes modernidade, funcionalidade e sustentabilidade.

Desta forma, os eixos de desenvolvimento delineados para a presente revisão do PDM da Nazaré resultam da atualização e adequação dos objetivos do PDM atualmente em vigor, da avaliação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (análise SWOT) do território concelhio, decorrentes do diagnóstico, do novo contexto de programação dos fundos comunitários e da nova visibilidade mundial que o concelho ganhou nos últimos anos com a publicidade da “onda gigante” da Praia Norte, surfada por reputados desportistas internacionais.

Assim, e apesar das fragilidades que o concelho da Nazaré apresenta, nomeadamente ao nível económico, este é um concelho detentor de inúmeras potencialidades que poderão alavancar o desenvolvimento do seu território. Por este motivo, assume-se como visão estratégica para o futuro da Nazaré:

“Afirmar a Nazaré como um território qualificado, competitivo e de oportunidades para todos, transformando o concelho num polo turístico distintivo de atração nacional e internacional”

Para que tal visão seja concretizada, são identificados quatro eixos estratégicos, nomeadamente:



1. Requalificação urbana

Atualmente, a requalificação urbana implica o desenvolvimento de uma política de ordenamento do território que considere a reabilitação urbana e a mobilidade urbana sustentável como elementos estruturantes do desenvolvimento sustentável.

Neste âmbito, e tendo em consideração os problemas que a estrutura urbana do concelho da Nazaré apresenta, a requalificação urbana do concelho passa pela aposta nas seguintes áreas estratégicas: qualificação do edificado, requalificação dos espaços públicos, aumento do nível de acessibilidade das

peças com mobilidade reduzida e pela aposta na mobilidade sustentável (modos suaves, transportes públicos).

2. Preservação e valorização dos recursos existentes e da identidade

O concelho da Nazaré foi, durante muitas décadas, um dos mais carismáticos núcleos piscatórios da costa litoral portuguesa, possuindo desta forma um conjunto de características e de tradições das mais marcantes e peculiares, que importa preservar, valorizar e promover como fator distintivo do concelho na região e no país. Além destes elementos, o concelho da Nazaré possui ainda uma paisagem diversificada e multifuncional, que vão desde as praias às zonas montanhosas, e um valioso património histórico constituído por elementos, conjuntos e sítios, únicos no mundo. Assim, *“no atual quadro de desenvolvimento económico (...), os recursos endógenos ganham uma preponderância crescente. Entre esses recursos encontra-se o património, natural ou cultural (arqueológico, histórico, artístico, etc.), e/ou paisagístico. Estes bens, se economicamente considerados, poderão constituir vantagens competitivas face a outros territórios e potenciar as condições de integração em espaços económicos cada vez mais alargados.”*⁴

Neste sentido, o Município da Nazaré, ao considerar a preservação e a valorização do património e da identidade local como eixo de desenvolvimento da presente revisão do PDM, está a contribuir para potenciar o desenvolvimento económico, social e cultural do território, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de preservação, valorização e promoção destes elementos.

3. Promoção e diversificação da base económica

Até à massificação do turismo no concelho da Nazaré, a base económica do concelho assentava predominantemente na pesca, complementado pela agricultura nas freguesias de Famalicão e Valado dos Frades, e uma pequena parte nas atividades terciárias que resultavam das romarias da Senhora da Nazaré no Sítio. Com o desenvolvimento do turismo balnear e cultural a partir das décadas de 50 e 60 do século XX, assiste-se a uma inversão da estrutura económica do concelho, começando a apostar-se quase exclusivamente no turismo balnear e nas atividades de apoio, em detrimento das atividades económicas tradicionais que caracterizavam a Nazaré. A partir dos anos 90 assistiu-se a uma queda no setor turístico no concelho, como consequência da proliferação de outros destinos turísticos e da forte sazonalidade desta atividade económica por excessiva dependência do produto “praia”. Nos últimos anos, recuperou alguma notoriedade nacional e internacional ao tornar-se um dos principais destinos europeus para a prática do surf e do *bodyboard*.

⁴ Almeida, Fernando Pau-Preto Morgado de (2005), “O património cultural no planeamento e no desenvolvimento territorial – os planos de ordenamento de parques arqueológicos”.

Atualmente, é na procura turística (sol, mar e surf), na administração e nos serviços públicos que assenta a base económica do concelho, em particular, da Vila da Nazaré. Sabe-se que uma economia local só poderá ambicionar um crescimento sustentado se for competitiva, o que passa por produzir melhor e com menores custos, mas também por produzir produtos diferentes. Aliás, as especializações produtivas, ao mesmo tempo que evidenciam as diferenciações do território, resultam da localização dos seus recursos produtivos, que não poderão ser ignorados. O que implica que as estruturas económicas locais passem a ser mais empreendedoras e mais inovadoras.

Com a construção da Área de Localização Empresarial (ALE) de Valado dos Frades e de novas infraestruturas rodoviárias (IC9), o concelho da Nazaré dispõe de condições infraestruturais que lhe permitem apostar em outros setores económicos, sendo para isso necessário criar incentivos para a fixação de empresas e para a exploração de atividades económicas diversificadas.

O concelho da Nazaré possui outros recursos (naturais e patrimoniais) e características que lhe permitem ambicionar por um melhor desempenho, uma maior afirmação na dinâmica do turismo, ao nível regional/nacional e por objetivos mais condizentes com as potencialidades dos recursos que possui e que importa converter a favor do desenvolvimento económico do concelho. Para tal, é indispensável que consiga potenciar e diversificar os recursos e produtos turísticos, começando a apostar no turismo de natureza, sénior, náutico, cultural e religioso.

Neste sentido, a promoção da diversificação da base económica como eixo de desenvolvimento da presente revisão do PDM é preponderante para a obtenção de um crescimento económico sustentável e para o desenvolvimento territorial do concelho da Nazaré.

4. Promoção da coesão social e territorial

No âmbito das funções sociais que as autarquias locais devem implementar, insere-se o apoio às pessoas carenciadas, para as quais é disponibilizado um conjunto variado, qualificado e adequado de serviços e facilidades que respondem aos problemas e dificuldades concretos com que essas pessoas se defrontam. As maiores dificuldades com que, normalmente, se deparam as pessoas carenciadas, têm a ver com a realização de reparações nas suas habitações, bem como com a receção domiciliária de determinados bens de primeira necessidade e com realização de determinadas tarefas domésticas menos comuns.

A realidade económica e social do concelho da Nazaré reclama que a Câmara Municipal crie as adequadas condições para que sejam prestados às pessoas carenciadas, os serviços destinados a suprir as referidas dificuldades.

Aliada à coesão social, deve valorizar-se a coesão territorial através da implementação de uma política de localização de serviços e equipamentos coletivos socialmente e territorialmente mais justa, de forma a servir todos os residentes do concelho e não só os que habitam nas proximidades das principais áreas urbanas do concelho: Nazaré, Valado dos Frades e Famalicão. Neste contexto, a integração da coesão

social e territorial, como eixo de desenvolvimento, irá permitir a prossecução do desenvolvimento integrado e sustentado que se pretende com atual revisão do PDM.

Associados a estes quatro eixos definiram-se os seguintes objetivos estratégicos:

1. Requalificação urbana

- Reabilitação de edifícios devolutos;
- Requalificação e valorização dos espaços públicos;
- Requalificação das infraestruturas e dos equipamentos urbanos;
- Aposta na mobilidade urbana sustentável (modos suaves, transportes públicos);
- Melhoria das condições de conforto para a mobilidade pedonal e de acessibilidade, em particular para pessoas com mobilidade reduzida;
- Reorganização do estacionamento e da circulação automóvel, dentro dos núcleos urbanos.

2. Preservação e valorização dos recursos existentes e da identidade local

- Valorização e proteção dos recursos naturais e da paisagem (natural e construída);
- Potenciar e divulgar o património geológico do concelho, como o Promontório, as pegadas de Dinossauro na Serra da Pescaria, o Monte de S. Bartolomeu e a antiga Lagoa da Pederneira;
- Prevenção e minimização dos riscos naturais, nomeadamente os relacionados com a erosão costeira e com as inundações e galgamentos costeiros;
- Reabilitação, valorização e promoção dos núcleos históricos e do património histórico, arquitetónico e arqueológico;
- Revitalização e valorização dos usos e costumes e das manifestações culturais tradicionais, como fatores diferenciadores do concelho;
- Desenvolvimento e promoção de atividades e produtos, de origem municipal, que rapidamente se associe à marca “Nazaré”.

3. Promoção e diversificação do tecido económico

- Ampliação da área de localização empresarial de Valado dos Frades;
- Promoção das atividades industriais ligadas à indústria da cerâmica, faiança, moldes e agroalimentares;
- Explorar o potencial para a produção de energias renováveis (eólica, ondas);
- Atração de empresas do ramo da transformação e conserva de pescado, capturado em contexto natural ou através da tecnologia de aquacultura;
- Apoio e promoção do Pescado da Nazaré como marca excelência;
- Promoção do turismo de natureza, sénior, náutico, surf e cultural;

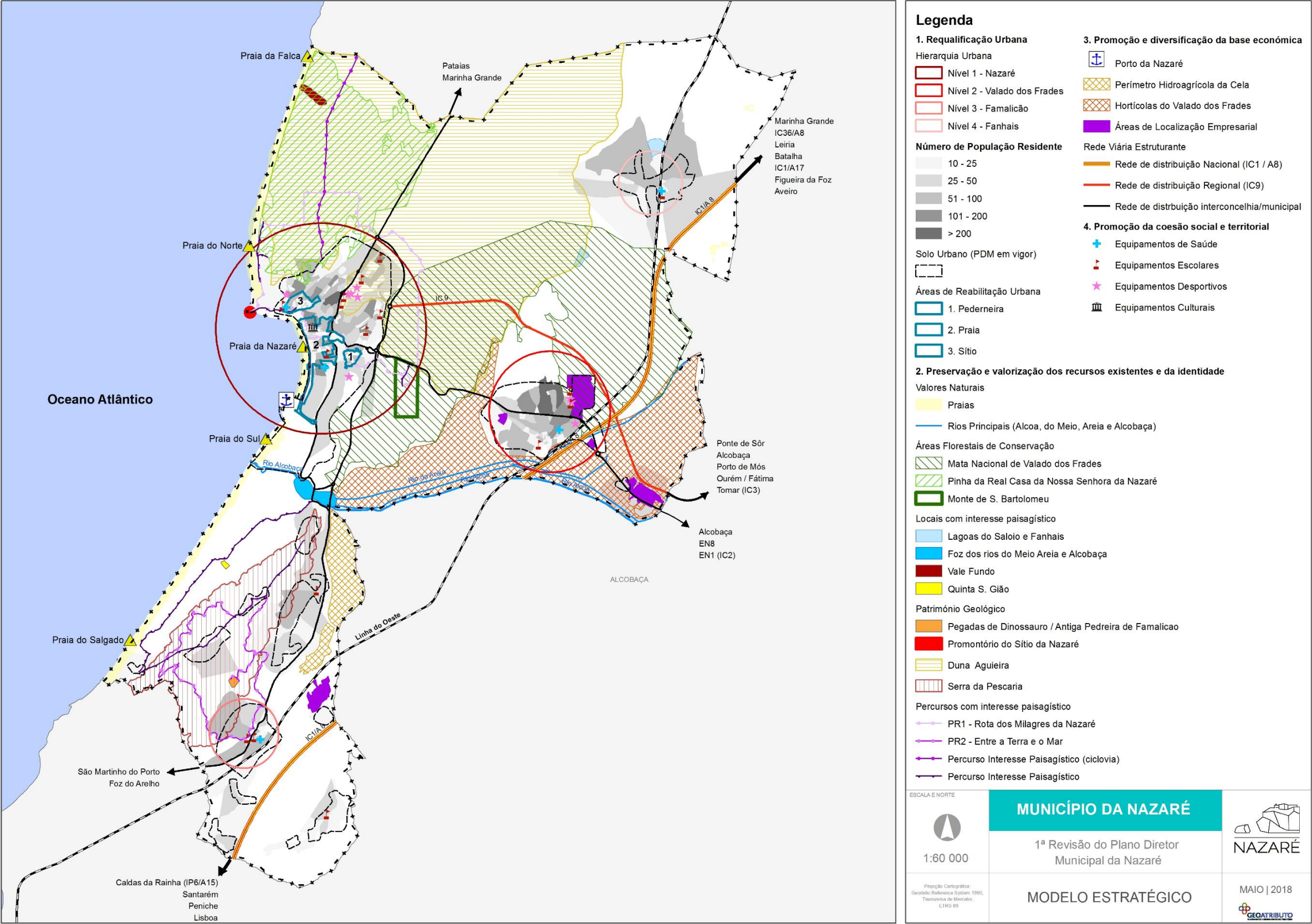
- Revitalização do turismo religioso através da promoção dos espaços e equipamentos religiosos (ex. Santuário da Nossa Senhora da Nazaré);
- Criação de rotas e itinerários que promovam e divulguem os centros históricos, gastronomia, destinos religiosos, museus e a vivência do pescador e da sua interação com o mar.

4. Promoção da coesão social e territorial

- Promoção de uma política de combate à pobreza e exclusão social;
- Dotar os equipamentos e espaços públicos com níveis adequados de acessibilidade, para as pessoas com mobilidade reduzida;
- Reabilitação dos imóveis que servem de habitação social municipal e eventual supressão de carências que possam existir;
- Promoção da formação dos jovens, articulada com a economia alvo a desenvolver no concelho (turismo, pesca, horticultura e cerâmica)
- Implementação de uma política de descentralização dos serviços e equipamentos públicos.

Estes eixos estratégicos da revisão do PDM, que preconizam objetivos de atuação do município, têm como objetivo a sua tradução territorial naquilo que se pretende que seja o modelo de desenvolvimento territorial a aplicar na próxima década. Desta forma o mapa seguidamente apresentado reflete a identificação dos elementos do território primordiais para a implementação do modelo estratégico estabelecido no presente documento.

Mapa 3: Modelo Estratégico da revisão do PDM da Nazaré



Fonte: GeoAtributo, 2018.

5 BIBLIOGRAFIA

- Agência Portuguesa do Ambiente (2016), **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeira do Oeste (RH5)**, Parte 5 - Objetivos.
- Agência Portuguesa do Ambiente (2016), **Programa da Orla Costeira Alcobaça** - Cabo Espichel, Diretivas - Proposta de Programa.
- Comissão de Coordenação da Região do Centro (2011), **Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro** - Proposta do Plano.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2017), **PROF de Lisboa e Vale do Tejo – Documento Estratégico**, setembro de 2017.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007), **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território**, Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; Direcção-Geral dos Recursos Florestais (2007), **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste**.
- Município da Nazaré, (2014), **Revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil**.
- Município da Nazaré, (2015), **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município da Nazaré**.
- Município da Nazaré, (2016), **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho da Nazaré 2016-2020**, Caderno I – Diagnóstico.
- Município da Nazaré, (2017), **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável**, Fase I – Caracterização e Diagnóstico.
- Turismo de Portugal (2015), **Turismo 2020 - Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal**.
- Turismo de Portugal (2015), **Turismo 2020 - Cinco Princípios para uma Ambição**.
- Turismo de Portugal (2017), **Estratégia Turismo 2027 – Liderar o Turismo do Futuro**. Lisboa, setembro de 2017.
-